



HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

caderno de análise e diagnóstico operativo

julho 2025

revisão do

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA

EQUIPA:

Eduardo Miranda - CME/Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana

João Santos - CME/Divisão da Cultura e Património

Carlos Borralho - CME/Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana

COLABORAÇÃO DA EQUIPA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA:

Isabel Ramos, Conceição Freire, Nuno Gracinhas

COLABORAÇÃO:

Anabela Padeiro - CME/Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana

Índice

Nota introdutória e conceitos fundamentais.....	5
1. História da ocupação do território	8
2. Património edificado	16
2.1 Grandes conjuntos edificados	18
2.2 Património arquitetónico.....	20
2.3 Património arqueológico.....	29
2.4 Elementos pontuais edificados de valor patrimonial.....	32
3. Património paisagístico.....	35
3.1 Categorias do património paisagístico.....	35
3.2 Valor patrimonial e estado de conservação.....	39
4. Património imaterial e memorial	41
5. Sistema de proteção de vistas.....	45
6. Paisagem histórica urbana de Évora.....	50
7. Diagnóstico	52
7.1 O território e os valores patrimoniais	52
7.2 Insuficiências persistentes	53
7.3 Potencialidades	54
7.4 Desafios para o planeamento:.....	54
7.5 Conjuntos e elementos que carecem de intervenções especiais	56
7.6 Percursos patrimoniais correntemente em análise.....	57
Referências bibliográficas.....	59
Anexo I – Carta de Risco do Património edificado	62
Anexo II – Inventário do Património.....	71

Índice de ilustrações

Figuras:

Figura 1 - Planta de Évora circa 1750 (Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal)	11
Figura 2 - Évora circa 1946 (Fonte: Arquivo Municipal CME)	12
Figura 3 - Evolução da ocupação do território.....	14
Figura 4 - Evolução urbana século XX	15
Figura 5 - Património classificado da Cidade	16
Figura 6 - Património classificado da área do Plano	17
Figura 7 - Grandes conjuntos de valor patrimonial.....	19
Figura 8 - Património arquitetónico – edifícios.....	24
Figura 9 - Património arquitetónico – edifícios intramuros extramuros.....	25
Figura 10 - Património arquitetónico – Fachadas de valor patrimonial.....	26
Figura 11 - Património arquitetónico – conjuntos.....	27
Figura 12 - Carta de risco do património edificado.....	28
Figura 13 - Património arqueológico	31
Figura 14- Elementos pontuais de valor patrimonial.....	33
Figura 15 - Elementos pontuais de valor patrimonial da cidade.....	34
Figura 16 - Património paisagístico.....	40
Figura 17- Património imaterial e memorial.....	44
Figura 18 – Sistema de proteção de vistas.....	49
Figura 19 - Representação esquemática da paisagem urbana histórica de Évora	51

Tabelas:

Tabela 1 - Avaliação crítica dos elementos com valor patrimonial ou potencial com interesse..	22
Tabela 2 - Áreas agrícolas e espaços abertos com valor cultural.....	38

Nota introdutória e conceitos fundamentais

Os planos territoriais identificam os recursos endógenos ou culturais, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e paisagístico devendo ser documentada a história urbana, ou seja, a evolução da ocupação do espaço¹, complementando e enquadrando os dados recolhidos.

Constatamos uma evolução assinalável da doutrina e das políticas relativas ao património cultural, ocorrida nas últimas décadas, com um conseqüente alargamento temático e espacial dos valores patrimoniais considerados. Esta evolução teve um impacto, inevitável, nas políticas e no planeamento territorial, e manifestou-se na valorização e preservação de bens e conjuntos de bens correspondentes a unidades espaciais mais vastas. A este respeito, a Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011) é relevante.

Nesse sentido, os valores patrimoniais considerados neste relatório são predominantemente de âmbito material e espacial, com destaque para o património edificado (o património arquitetónico, arqueológico, urbanístico) e o património paisagístico, procurando identificar os elementos do património imaterial associados.

O património cultural é abordado enquanto sistema patrimonial especializado, constituído por elementos e espaços complementares ou articulados entre si, e cuja relevância sustenta a proteção e valorização da identidade e da memória local bem como a estruturação do território. Esta abordagem respeita os princípios e conceitos atuais de acordo com as cartas e convenções internacionais e a legislação nacional. Em suma, conhecer e compreender as características intrínsecas dos espaços e de cada um dos elementos patrimoniais que o compõem, é fundamental para o planeamento e para a capacidade de gestão.

Os estudos temáticos e inventários realizados ao longo do tempo concorreram para este trabalho de sistematização, tanto ao nível do centro histórico como do território concelhio.

Conceitos fundamentais

O património é definido como a conjugação das 'criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação.

ICOMOS-Canada French-Speaking Committee (1982) Charter for the Preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration) – "Definition of Heritage and Preservation" [trad.].

Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

¹ "Os vestígios arqueológicos, bem como os elementos e conjuntos construídos, que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades, são identificados nos programas e nos planos territoriais" (n.º 1 do artigo 17.º do RJIGT).

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Artigo 2.º

Património Natural

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

UNESCO (1972) Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Artigo 2.º

Conjunto dos valores naturais com reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico [...] e estético.”

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, Artigo 3.º - Definições

Paisagem cultural

Paisagens culturais: paisagens que compreendem a diversidade de manifestações resultantes da interacção entre a humanidade e o seu ambiente natural, incluindo paisagens projectadas, paisagens que evoluíram organicamente e paisagens associativas.

33 IFLA-UNESCO (2012) Charter for Landscape Architectural Education, Glossary of Terms used in the Charter [trad]

Metodologia adotada

No que se refere à metodologia adotada, especificamente no que diz respeito à componente patrimonial e cultural, procurou-se aplicar uma leitura transversal, multidisciplinar e, dentro do possível, holística da realidade.

Os estudos temáticos e inventários realizados ao longo do tempo concorreram para este trabalho de sistematização dos valores patrimoniais, tanto ao nível do centro histórico como do território concelhio. Destaca-se a relevância do Inventário Artístico de Portugal de Túlio Espanca (Espanca, 1966), ainda hoje uma ferramenta incontornável para o conhecimento da história e património da região.

Merecem igualmente referência estudos e inventários, alguns deles realizados pelos serviços municipais, centrados na história e na evolução urbana, que apresentam informação relevante.

No universo do património arquitetónico destaca-se a realização do Inventário de Monumentos e de conjunto do Centro Histórico de Évora, ao abrigo da colaboração com a ex-DGEMN / IHRU e inserida no Sistema de Inventário do Património Arquitetónico (SIPA). Em 2021, após um longo processo de revisão que envolveu trabalho de campo e de gabinete, foi concluída a Carta de Valores Patrimoniais do Centro Histórico (CVPCHE). Nela foram identificados e descritos os elementos de valor patrimonial existentes, englobando património classificado e não classificado, a partir de várias fontes de informação. Relativamente ao valor patrimonial e aos elementos de interesse, foi criada uma grelha denominada “Avaliação Crítica”, que abrange vários parâmetros

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

de interesse. Foram criadas duas escalas de avaliação, consubstanciadas em critérios claros e entendíveis, cuja tradução prática foi a atribuição de um grau de valor, estimado, naturalmente, em face dos dados atualmente disponíveis.

No universo do património arqueológico, em 2002/ 3, no âmbito dos trabalhos de revisão do PDM, foi largamente ampliada a base de dados disponível (Calado, 2003), posteriormente complementado (em 2009/10), com os trabalhos de prospeção direcionados à Carta Arqueológica de Évora (CAE), ainda não concluída. Sublinha-se também a proposta de Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico de Évora (CSA, 2006), cuja revisão e atualização deve ser entendida como prioritária.

A metodologia adotada e as tarefas realizadas podem ser resumidas em:

- Delimitação das áreas temática e das categorias de bens de valor patrimonial a considerar;
- Identificação dos elementos de valor patrimonial;
- Caracterização e sistematização da informação relativa aos elementos de valor patrimonial;
- Integração dos dados constantes de base de dados, inventários e proveniente de processos administrativos (POP)
- Monitorização das situações de risco;
- Atribuição de grau de proteção.

A informação relativa aos aspetos e elementos com interesse ou relevantes do ponto de vista patrimonial, foi organizada em “notas históricas” e descrição complementar. Nas revisões das listagens foram considerados os dados relativos ao Centro Histórico oriundos da Carta de Valores Patrimoniais, do SIPA e alguns exemplos de arquitetura moderna. A sistematização dos dados referentes à evolução do território fundamentou a delimitação de zonas de sensibilidade arqueológica.

A informação relativa ao património urbanístico e paisagístico é indissociável dos estudos de caracterização no âmbito da morfologia urbana e do ambiente e recursos naturais, acrescentando ainda a integração do trabalho realizado, aquando do estudo da Zona Tampão do Centro Histórico de Évora, relativo ao sistema de proteção de vistas.

1. História da ocupação do território

A ocupação humana na região remonta à pré-história e é testemunhada pela presença de muitos sítios arqueológicos, cujas cronologias variadas atestam a centralidade deste território, desde momentos muito recuados. A marca mais monumental é constituída pelo megalitismo, que continua a persistir enquanto uma presença visível e distintiva na paisagem. Dos vários povoados identificados no território, por várias razões, destaca-se o do Alto São Bento, um vasto sítio arqueológico, com uma cronologia de ocupação inserível, grosso modo, na pré-história recente (7000 A.C.).

Quanto à cidade, está implantada num cômodo “que se destaca do planalto de interflúvio entre as bacias do Tejo, Sado e Guadiana” (Daveau, 1995: 123), a partir do qual controla uma intersecção de vias ancestrais. A origem permanece enigmática, continuando a não existir consenso quanto à época e autoria da fundação. Alguns autores atribuíram-na a uma tribo pré-romana, os *Eburones*, com o nome de *Ebura* ou *Elbura*, por volta do ano 700 a.C.. As escavações arqueológicas realizadas não revelaram, no entanto, ocupações anteriores à chegada dos romanos, cujas primeiras incursões pela região terão acontecido no II século a.C., sugerindo uma (re)fundação romana, algures na 1.ª metade do século I a. C.

Na 2.ª metade do século I d. C., o espaço urbano foi alvo de uma profunda renovação. Mais tarde, no final do séc. III ou início do IV, num período de crescente instabilidade, a cidade recebeu a sua primeira linha de muralhas e esta teve impacto direto na estrutura urbana, causando a sua retração. Dela salvaram-se “cinco torres, e alguns lanços da muralha, em particular na zona NE da parte alta da cidade”². De assinalar que, por esta altura, Évora seria uma das principais dioceses da província da Lusitânia, a par de Mérida e de Faro.

Com o colapso do Império, por volta do séc. V, Évora atravessou um período de domínio visigodo, do qual restaram poucos testemunhos. Ainda assim, estima-se que a cidade, então designada como *Elbora* ou *Erbora*, manteve alguma relevância em termos militares, religiosos e económicos, pois terá persistido um edifício onde se cunhava moeda de ouro e prata, mantendo a dignidade de sede de diocese (Espanca, 1966; Ribeiro, 1986; Simplício, 2003). Em termos urbanísticos, destaca-se a “provável alteração das muralhas na zona da actual Praça de Sertório e a fundação de uma primeira Sé, no sítio da antiga Igreja de S. Pedro, situada na Rua Diogo Cão”³.

Em 714, num momento de plena expansão muçulmana pela Península Ibérica, iniciada em 711, Évora foi tomada. O processo de ocupação terá seguido uma linha não disruptiva ou de coação, apostando, antes, na integração e coexistência pacífica (Santos, 2020)⁴. Como *Yabura*, embarca num novo ciclo, inicialmente discreto, até cerca de 913, depois com maior fulgor. Numa primeira fase, terão sido mantidas, no essencial, as lógicas urbanas herdadas das fases precedentes. É

² http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=64

³ Idem.

⁴ Santos, José Rui (2020) – Santos, José Rui (2020) – Yábura e o seu território – Uma análise histórico-arqueológica de Évora entre os séculos VIII-XII. A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara municipal de Évora, III Série, N.º 3. 2020.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

possível que, até finais do século X, a cidade islâmica continuasse, grosso modo, contida no interior da linha defensiva erguida em período romano (Santos, 2020). Segundo A. Beirante (1988), o espaço urbano intramuros da cidade muçulmana estaria dividido em duas partes distintas: “a alcáçova ou castelo, situada a leste e correspondendo a cerca de 1/8 da área total e a medina, ou cidade propriamente dita, ocupando o espaço restante” (in Simplício, 2003: 3). A arqueologia revelou alguns dados que ajudam a compreender melhor a cidade nesta época. Sobressai o facto da área do antigo fórum ter tido uma ocupação polifásica, nomeadamente “os silos, escavados no pavimento romano, são prova da reutilização das estruturas antigas (...) traduzindo uma ocupação incessante (...) durante a época islâmica” (Santos, 2022: 266).

Na transição para o séc. X, Évora era parte do senhorio de Badajoz. Foi nesse contexto que, em 913, foi atacada e saqueada, pela mão de Ordonho II, então rei da Galiza. Logo em 914, foi principiada a sua reconstrução e a cidade cresceu e ganhou importância em termos económicos, políticos e socioculturais. Novamente, é graças ao seu posicionamento privilegiado, na encruzilhada de várias rotas comerciais, que se vai dever um ciclo de significativo desenvolvimento. Essa importância estratégica motivou a sua ascensão a segunda cidade da Taifa de Badajoz (Santos, 2022).

A partir do século XII, ainda durante o período muçulmano, ocorreu acentuada expansão urbana, com a formação de arrabaldes junto às portas da muralha, em redor dos quais existia, nesse mesmo período, uma cintura de campos de cultivo, hortas e pomares que abasteciam as populações (Daveau, 1995)⁵.

A conquista de Évora aos muçulmanos aconteceu em 1165 por ação de Geraldo Geraldês, o “Sem Pavor” e D. Afonso Henriques transformou a cidade num centro militar e político importante, sublinhado pela outorga do primeiro foral em 1166⁶. Por volta de 1176 estabeleceu, no “*Alcácer Velho*” ou castelo muçulmano, a sede da Ordem Militar de São Bento de Calatrava (os Freires de Évora) que foram vitais na sua defesa. Apesar de acossada, Évora não voltou a cair em posse dos muçulmanos.

A estabilização das fronteiras, nos finais do século XIII, criou condições para nova fase de crescimento e de desenvolvimento com a formação de novos arrabaldes, articulados ou autónomos em relação aos formados anteriormente⁷, potenciados pela instalação das ordens mendicantes (mosteiros de S. Francisco no séc. XIII e S. Domingos no séc. XIV). Nesse período, “Alconchel, Porta de Moura, São Francisco e São Mamede seriam, muito possivelmente (...), os mais importantes centros organizadores do povoamento extramuros” (Vilar e Fernandes, 2007: 14)⁸. A comunidade muçulmana fixou-se nos quarteirões a norte da Igreja de S. Mamede e em torno da atual Rua da Mouraria e a Judiaria (a Aljama), uma das mais importantes e populosas do

⁵ Edrici, no dealbar dessa centúria, descreveu Yábura e a sua envolvente, referindo-a como: “cidade (...) grande e bem povoada. Cercada de muros, possui um castelo e uma mesquita catedral. O território que a cerca é de uma fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. É uma região excelente onde o comércio é próspero quer em objectos de exportação quer em objectos de importação” (A. COELHO, 1972, p. 69)” (in Simplício, 2006: 6).

⁶ Maria Domingas Simplício – Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval. 2003.

⁷ Maria Domingas Simplício – Évora, Algumas Etapas Fundamentais na Evolução da Cidade até ao Século XVI. 2006.

⁸ Vilar, Hermínia Vasconcelos; Fernandes, Hermenegildo (2007) - O urbanismo de Évora no período medieval. In: Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos vol. 26, p. 6-15.

reino nos séculos XIV e XV, ocupou os quarteirões compreendidos entre as atuais ruas de Serpa Pinto e Raimundo até ao Édito de expulsão de D. Manuel, em 1496⁹.

A proteção dos setores urbanos situados fora da Cerca Velha tornou inevitável a construção de uma nova linha defensiva, iniciada em meados do século XIV. O espaço urbano foi-se, gradualmente, consolidando, sendo de realçar que persistiram espaços não edificados em número e dimensão significativa até à centúria de quinhentos.

Nos séculos XV e XVI, estimulado pela presença assídua da corte e conseqüente ascensão à categoria de «segunda cidade do reino», ocorreu um importante surto construtivo. Esse aporte de prestígio e riqueza, traduziu-se na edificação de novas casas religiosas, designadamente a poente e na proximidade das Portas de Alconchel e da Lagoa, e de novos palácios e casas nobres, colégios universitários e o aqueduto. Por essa altura, atenuou-se a “separação entre os setores interiores e exteriores à Cerca Velha, constituindo-se progressivamente a Praça Grande (hoje, do Giraldo) como principal núcleo de concentração da atividade urbana”¹⁰.

No exterior da cerca, manteve-se o anel campesino que garantia, por um lado, o provimento dos bens para o consumo da população e, por outro, um espaço de recreação para os habitantes da urbe (Daveau, 1995).

No século XVI, o espaço rural subdividia-se em duas grandes zonas, determinada pela natureza e grau de intensidade das culturas e pela propriedade rústica, quer assumisse a forma de latifúndio ou minifúndio (Beirante, 2008). A primeira zona era a zona dos coutos, constituída por ferragiais, hortas, vinhas e alguns olivais. A segunda, localizada no entorno dos anteriores, eram as herdades de pão e montado, às quais se associavam os matos e as charnecas. Nesta fase, na zona dos coutos, ou muito perto dela, surge um número considerável de quintas, de famílias nobres e de casas religiosas, localizadas junto aos principais caminhos e no sopé do Alto de S. Bento. Algumas estão associadas à instituição de morgadios e à fundação de capelas (Beirante, 2008). O seu surgimento parece estar relacionado com o fracionamento da propriedade rústica das ordens religiosas, cujo aforamento foi muito direcionado à expansão dos vinhedos¹¹. As quintas dos poderosos de Évora localizavam-se tradicionalmente dentro das suas herdades e nalguns casos ostentavam uma torre.

A perda da soberania, consubstanciada no domínio filipino (1580-1640), arrastou Évora para um lento processo de declínio social e cultural. O afastamento da corte conduziu à paralisação do desenvolvimento, daí resultando que “a forma urbana e o reticulado existente permaneceram sem alterações significativas” (Monteiro e Tereno, 2011)¹².

Após a Restauração da Independência, em 1640, verificou-se um novo impulso construtivo. Do ponto de vista militar, destacou-se o reforço defensivo, nomeadamente as fortificações, do tipo

⁹ Maria Domingas Simplício – Évora, Algumas Etapas Fundamentais na Evolução da Cidade até ao Século XVI. 2006.

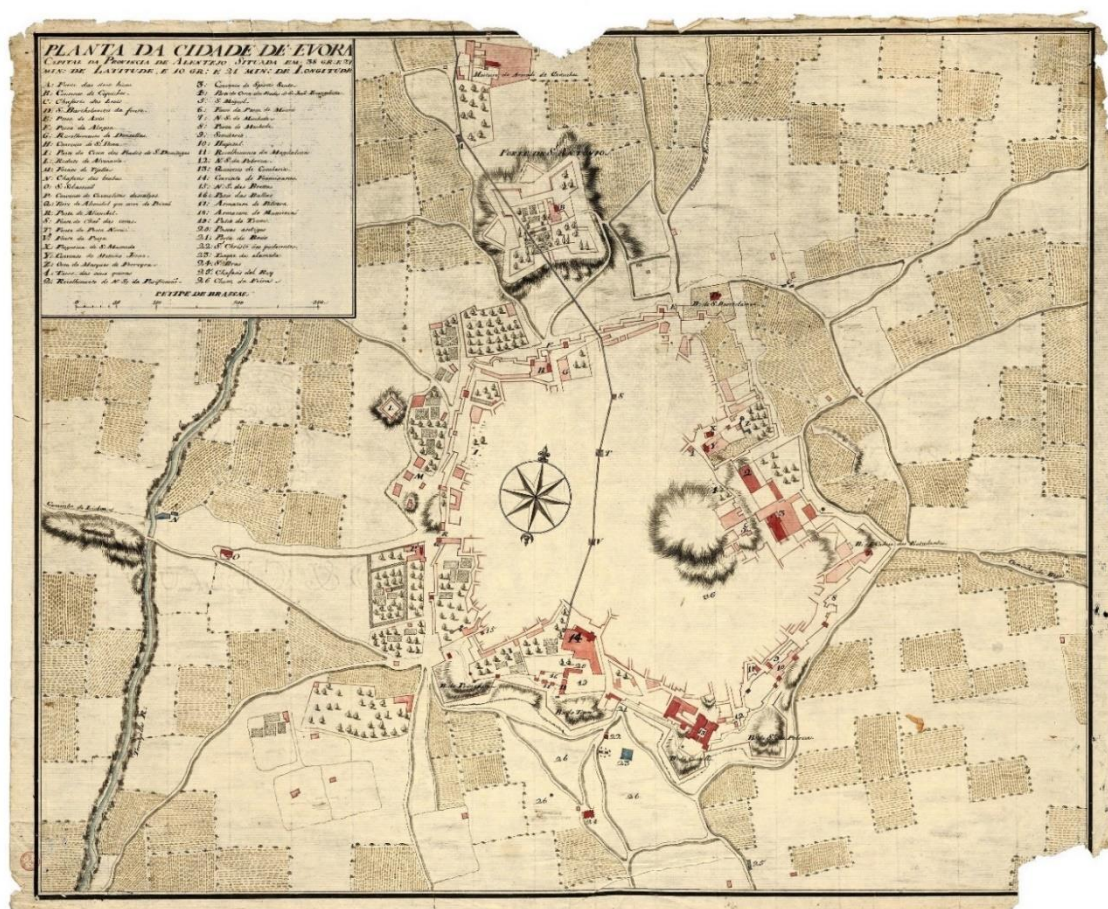
¹⁰ Maria Domingas Simplício – Estrutura urbana de Évora: um percurso pelo Centro Histórico. 2017.

¹¹ A crise da filoxera motivou uma alteração profunda na paisagem, substituindo-se as vinhas por pomares e olival (Daveau, 1995).

¹² Monteiro, Filomena; Tereno, Maria do Céu – A PRAÇA DE GIRALDO E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE – ÉVORA, PORTUGAL, pp. 6-7.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Vauban. No plano civil e religioso, as centúrias de XVII e XVIII caracterizaram-se pela redução da edificação de caráter monumental. Em contrapartida, existiu alguma dinâmica em termos de renovação do tecido edificado, materializado na substituição de parte do “casario popular antigo por edifícios de maiores dimensões”¹³. Em resultado, a malha urbana do séc. XVIII tornou-se mais densa e corresponde, genericamente, à “fisionomia de grandes áreas da cidade atual”¹⁴. Por fim, é também de registar a alteração e a renovação de edifícios, com introdução de inovações no capítulo das artes decorativas, particularmente ao nível da azulejaria e da talha dourada na arquitetura religiosa e da pintura mural na arquitetura civil.



Planta da Cidade de Évora: Biblioteca Nacional de Portugal, d-343-a: 1750/1790 (<http://purl.pt/26078>)

Figura 1 - Planta de Évora circa 1750 (Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal)

¹³ Maria Domingas Simplicio – Estrutura urbana de Évora: um percurso pelo Centro Histórico. 2017.

¹⁴ Idem

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

A partir da década de 1830, ocorrerem importantes transformações urbanas, designadamente um conjunto de intervenções associadas à extinção das ordens religiosas. Procedeu-se à demolição de alguns edifícios e ao reordenamento de espaços urbanos, com aberturas de novas praças e largos, designadamente nas imediações do templo romano, que incluiu a construção do primeiro jardim público da cidade. Situações análogas sucederam ao Convento de São Francisco e Paço Real, parcialmente apeados para construção de um novo quarteirão habitacional e um mercado, e ao Convento de São Domingos, sacrificado em favor do Teatro Garcia de Resende e a praça que lhe fica fronteiria. São exemplos dessa política de reforma urbana o desmonte, no topo nascente da Praça do Giraldo, da cadeia e antigos paços do concelho manuelinos, para levantar, em seu lugar, o edifício do Banco de Portugal. Por sua vez, a câmara municipal foi transferida para o antigo Palácio dos Condes de Sortelha, velho paço quinhentista, adaptado ao gosto da época de oitocentos.

A cidade de Évora esteve confinada às muralhas até à segunda metade do século XIX. Importa sublinhar a preservação, em grande parte do traçado, das muralhas medievais. A esse facto não será completamente alheia a utilização do seu contorno como anel viário de distribuição do tráfego em direção aos bairros periféricos e mais além.

Em 1872, Gerardo Perry realizou um levantamento cartográfico do termo rural da cidade. Nele é visível a existência de uma cintura expressiva, excetuando a sudeste – onde um setor de cerca de 120º remanesceu, direcionado à criação de gado e produção extensiva de cereal –, de vinhas e olivais contornando a cidade, calculada em cerca de 12 km (Daveau, 1995).



Figura 2 - Évora circa 1946 (Fonte: Arquivo Municipal CME)

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

No século XX, as medidas de preservação do tecido edificado garantiram a conservação dos principais monumentos e edifícios notáveis e asseguraram o controlo da transformação do conjunto urbano, tendo ocorrido também diversos melhoramentos urbanos e projetos de renovação. Nas décadas iniciais da centúria, surgiram os primeiros núcleos edificados extramuros, na área dos Leões e na Porta de Machede, a norte, a sul do Rossio, na proximidade da estação e na antiga estrada de Viana, e a poente, junto às portas de Alconchel e Lagoa. A partir de 1940 os bairros excêntricos multiplicaram-se, iniciando-se um processo de urbanização que se pode subdividir em dois – a urbanização planeada (implementação do Ante-Plano de Urbanização após 1946) e a formação de núcleos de génese espontânea. A segunda metade do século XX assistiu a uma acentuada expansão urbana, que ocorreu, predominantemente para nascente nas décadas de 1940-1960, para oeste nas décadas de 1960-1990, para norte nas décadas de 1970-2000 e para sul nas décadas de 1970-2020.

Deve referir-se a urbanização planeada para nascente (Zona de Urbanização N.º1), segundo o modelo da “cidade jardim”, executada através de promoção pública, com programas habitacionais de iniciativa pública, particular e institucional (sobretudo as caixas de previdência), nas décadas de 1940-60. O plano projeto de Malagueira, da autoria de Alvaro Siza Vieira foi concebido a partir de 1977 e executado com programas mistos (iniciativa pública, privada e cooperativa) e teve como base um projeto tipo de casa pátio evolutiva. Nas últimas duas décadas o processo de urbanização apresentou um carácter mais difuso, com a execução de loteamentos particulares que promoveram a colmatação urbana.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

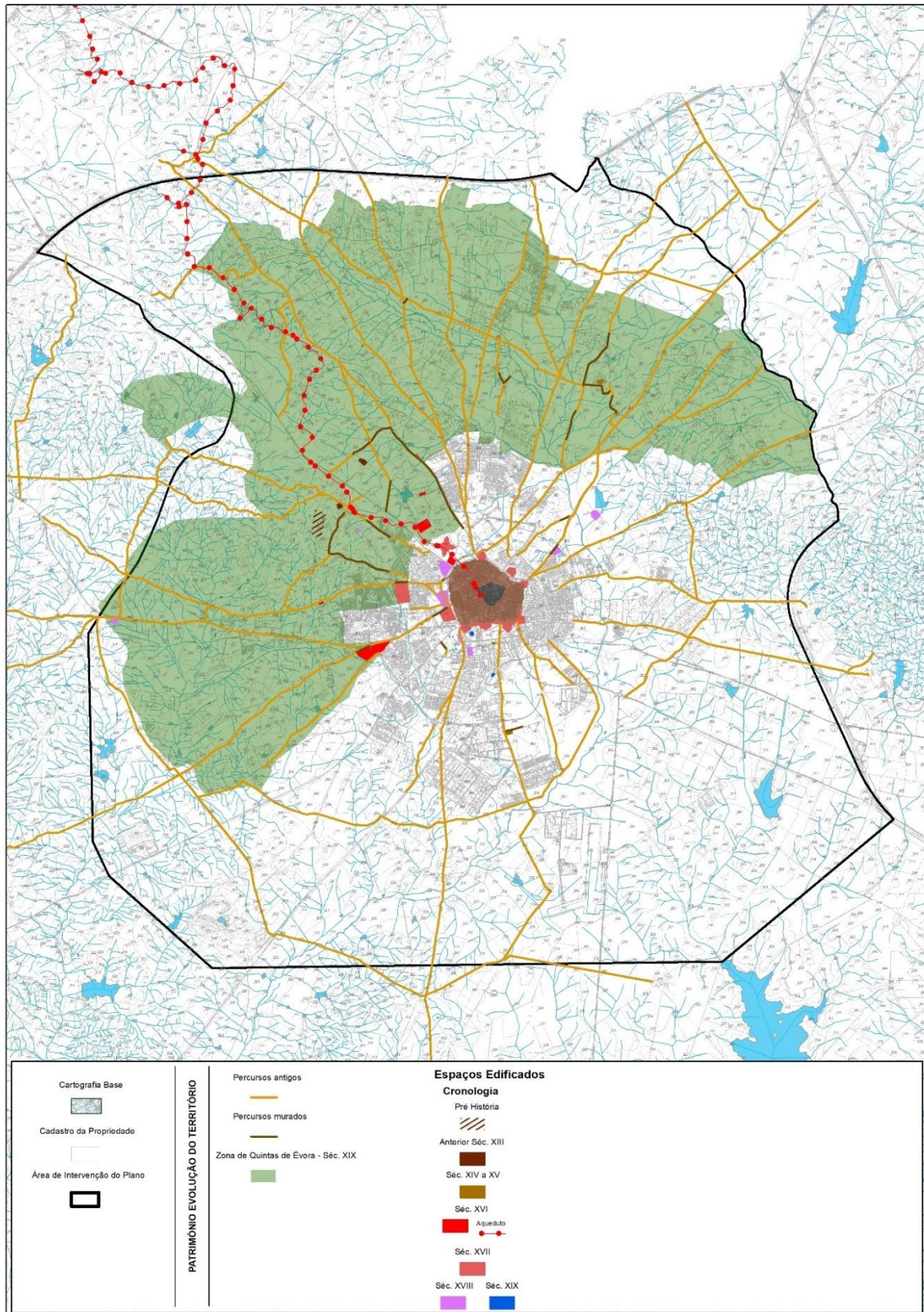


Figura 3 - Evolução da ocupação do território

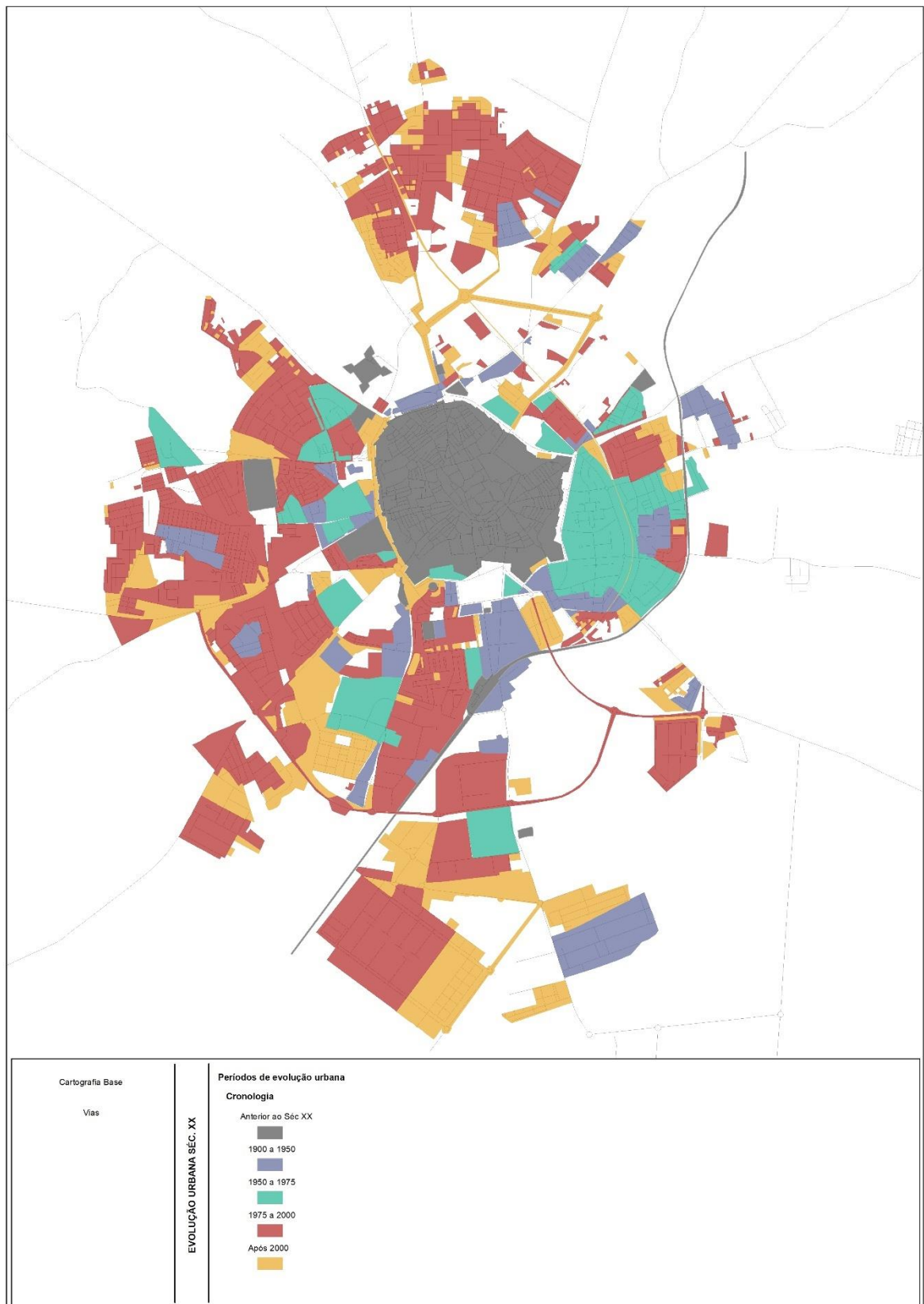


Figura 4 - Evolução urbana século XX

2. Património edificado

*Em termos de uma conceptualização mais alargada considera-se como **bens materiais imóveis, ou como património cultural construído**, as estruturas criadas e implantadas pelo homem – ou que o homem produziu, transformando a natureza – dotadas de valor de testemunho histórico, artístico e técnico. Pode tratar-se de estruturas isoladas ou em conjunto. Podem deter uma finalidade imediata, relacionada com a vida material do homem. Como podem também deter uma finalidade mediata e essencialmente simbólica, relacionando-se com a vida espiritual das comunidades.”*

Pereira, P. (1997) Os conceitos operativos. In: Intervenções no Património 1995- 2000, p. 29.

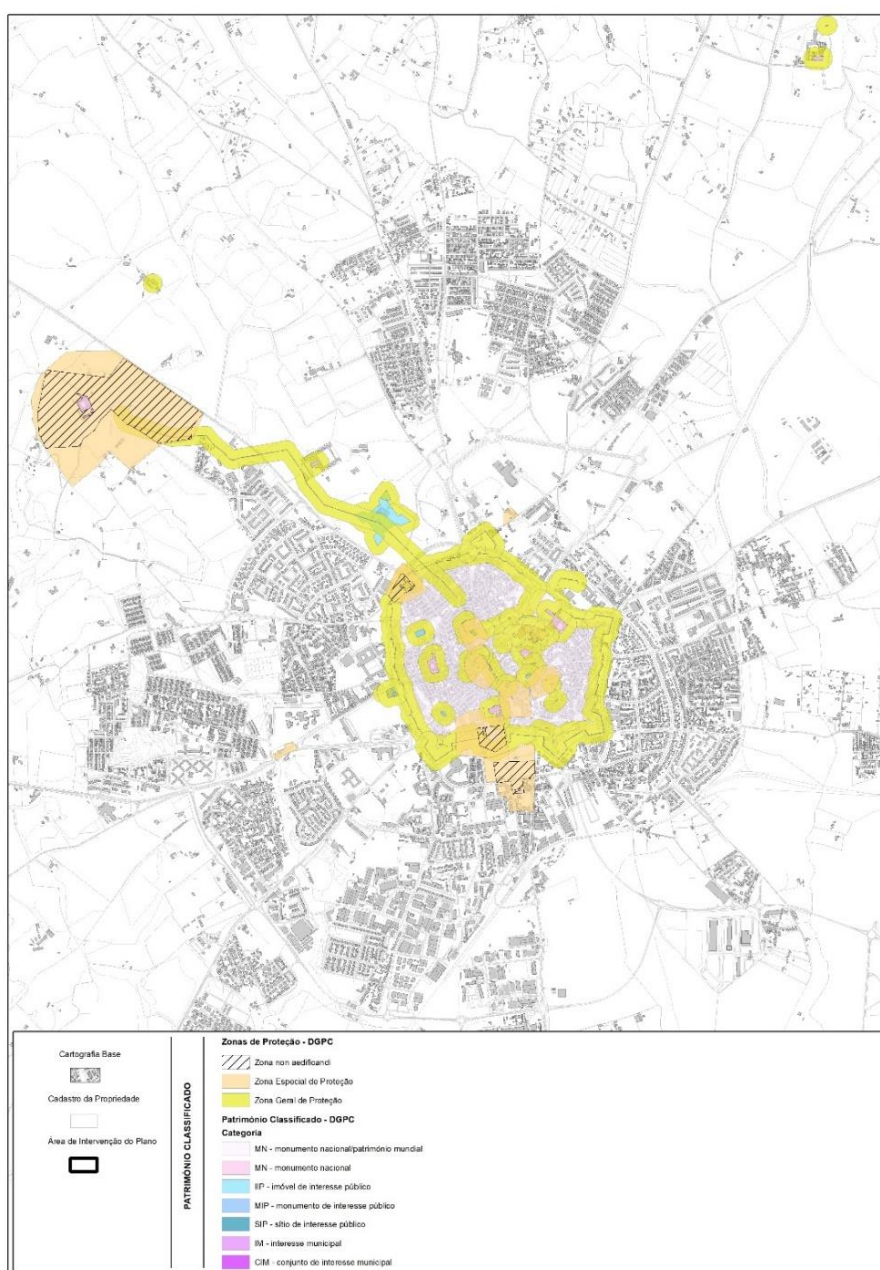


Figura 5 - Património classificado da Cidade

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

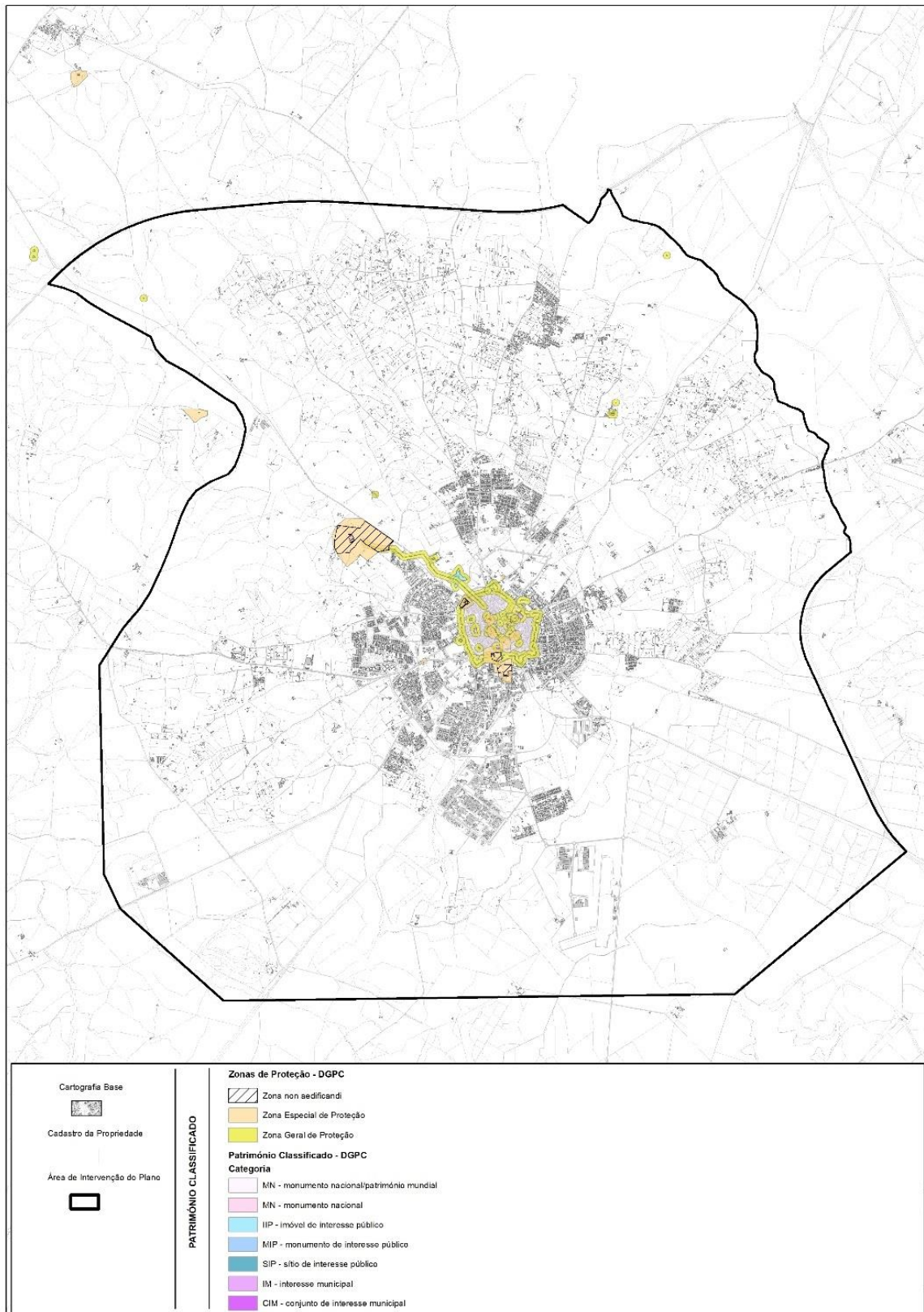


Figura 6 - Património classificado da área do Plano

2.1 Grandes conjuntos edificados

Património urbano

Conjunto de paisagens, aglomerados, edifícios, objectos e saberes que apresentam um interesse relevante do ponto de vista da história e do desenvolvimento das cidades.

European Heritage Network (s.d.) Cultural Heritage Thesaurus, p. 51. Fonte: <file:///C:/Users/1939/Desktop/E-book-patrimonio.pdf>

O **património urbano** engloba três categorias essenciais:

- *Património monumental de excepcional valor cultural;*
- *Elementos patrimoniais não excepcionais mas presentes de uma forma coerente e relativamente abundante;*
- *Outros elementos urbanos relevantes, tais como: a forma urbana construída; os espaços abertos (ruas, espaços públicos); infra-estruturas urbanas (redes materiais e equipamentos)."*

European Commission - Directorate-General for Research (2004) Report n. 16, p. 11 [trad. e adaptado]. Fonte: <file:///C:/Users/1939/Desktop/E-book-patrimonio.pdf>

*Considera-se **conjunto histórico** todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré- -históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações."*

UNESCO (1976) Recomendação de Nairobi - Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, "1- Definições".

*As **cidades e áreas urbanas históricas** são compostas por elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos tangíveis incluem, para além da estrutura urbana, elementos arquitectónicos, paisagens dentro e na envolvente da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas de horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos intangíveis incluem actividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico. As cidades e áreas urbanas históricas são estruturas espaciais que expressam a evolução de uma sociedade e da sua identidade cultural. [...] A sua protecção e integração na sociedade contemporânea são a base para o planeamento urbano e para o desenvolvimento do território."*

ICOMOS (2011) Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos, 1. Definições. Fonte: <file:///C:/Users/1939/Desktop/E-book-patrimonio.pdf>

*"Uma **área urbana protegida** é qualquer parte de uma cidade que represente um período ou etapa do desenvolvimento histórico da cidade. Inclui os monumentos e o tecido urbano autêntico, no qual os edifícios expressam os valores culturais pelos quais o lugar está protegido." Idem, ibidem*

Categoria de proteção:

Grandes Conjuntos edificados de valor patrimonial

Conjuntos históricos ou áreas com grande valor histórico e patrimonial (conjuntos urbanos históricos), ou áreas com relevante património urbanístico e arquitetónico (conjuntos de interesse urbanístico), destacam-se pela sua dimensão e relevância no espaço urbano. Os primeiros apresentam antiguidade e estratificação temporal, coerência morfológica, diversidade tipológica e de valores patrimoniais, incluindo diversos imóveis classificados e edificações de valor patrimonial e conjuntos arquitetónicos. Os conjuntos de interesse urbanístico destacam-se pelas suas características morfotipológicas, a coerência do desenho urbano, a estrutura e forma dos espaços públicos e das parcelas, a relação que os edifícios estabelecem entre si, a unidade arquitetónica suportada pela existência de projetos tipo ou de projetos muito controlados. São diversos nas suas características e são testemunho da evolução urbana e podem resultar de processos de planeamento.

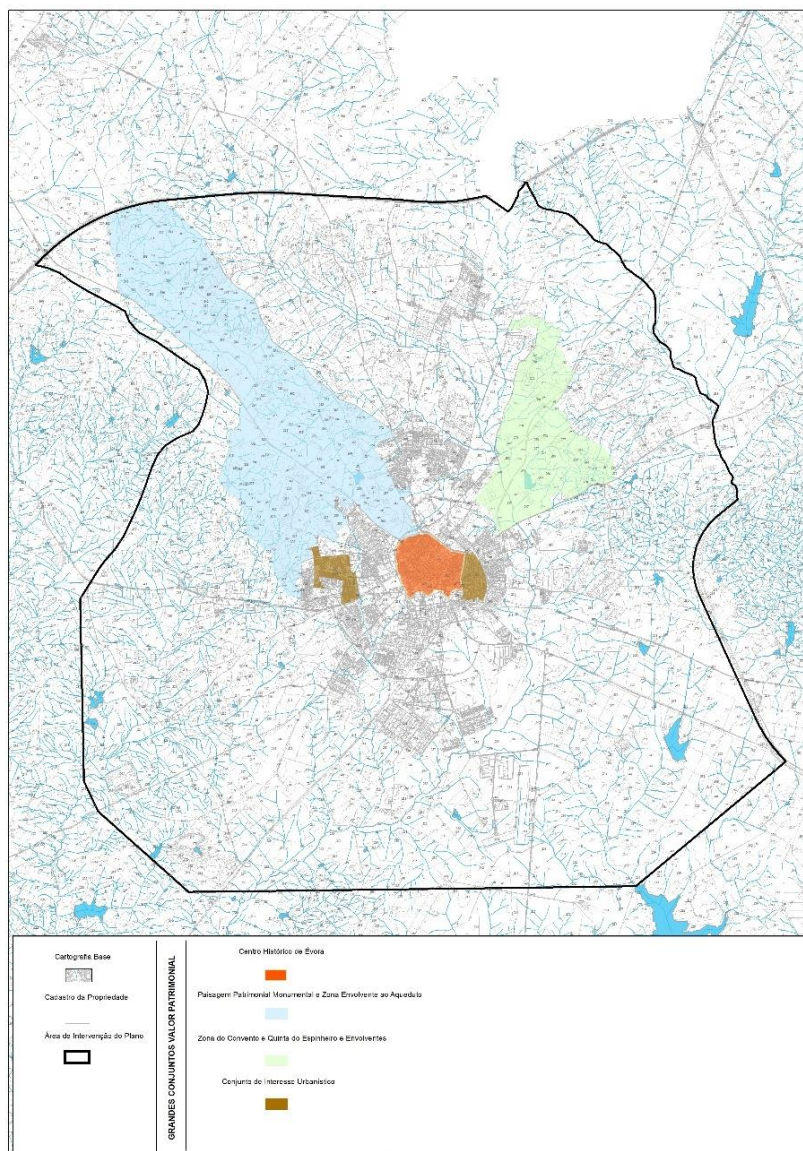


Figura 7 - Grandes conjuntos de valor patrimonial

2.2 Património arquitectónico

Por património arquitectónico entende-se [...] o conjunto das estruturas físicas (os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes, os núcleos urbanos e seus componentes, as paisagens e seus componentes) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional (...), designadamente: valor arquitectónico (artístico, construtivo, funcional), valor histórico ou documental, valor simbólico e valor identitário.

IHRU, IGESPAR (2010) Património Arquitectónico - Geral (Kits património n.o 1, versão 2.0), p. 8 [adaptado].

Património arquitectónico: Conjunto de bens imóveis de valor histórico, arqueológico, social, artístico, científico ou técnico relevantes. Abrange não apenas imóveis de carácter monumental, mas também aqueles cujos contextos de formação e características particulares se revelem emblemáticos ou significativos no espaço e tempo em que se desenvolveram [...].”

Idem, p85

“Património vernáculo:

(...) O património vernáculo é o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat. Resulta de um processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais.” ICOMOS (1999) Carta sobre o Património Construído Vernáculo - Introdução.

“Património industrial:

O património industrial integra sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como o equipamento relacionado, objectos ou documentos que testemunham processos de produção industriais passados ou presentes, a extracção de matérias-primas, a sua transformação em bens, assim como as infra-estruturas energéticas e de transporte associadas. O património industrial reflecte a profunda ligação entre o ambiente cultural e natural, dado que os processos industriais – antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matérias-primas e de redes de energia e de transporte para produzir e distribuir produtos para mercados alargados.

ICOMOS - TICCIH (2011) The Dublin Principles - Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes, 1. Definition [trad.]

Conjuntos arquitectónicos: *agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica.” Aplica-se às diferentes escalas da organização do espaço urbano, pois tanto designa a totalidade da cidade, vila ou aldeia (i.e. núcleos urbanos), como também cada um dos seus segmentos específicos (como centro urbano, bairro, praça, rua, quarteirão ou parcelas edificadas, estas últimas entendidas enquanto fragmentos de um tecido urbano).*

IHRU, IGESPAR (2010) Património Arquitectónico - Geral (Kits património, no 1, versão 2.0), p. 95.

2.2.1 Categorias de proteção do património arquitetónico

O património arquitetónico da cidade apresenta uma grande heterogeneidade, sendo constituído por exemplos de diversas épocas e com influência de gramáticas eruditas e populares. Neste diagnóstico foi considerado o valor isolado e o valor de conjunto, as características e os elementos de interesse presentes e a singularidade e autenticidade dos imóveis. Procurou-se abarcar esta diversidade e incluir exemplos de arquitetura moderna e contemporânea, considerando estudos e inventários e o conhecimento da realidade local. As subcategorias adotadas compreendem a diversidade de bens imóveis, incluindo monumentos e edifícios notáveis (abrangendo imóveis classificados), edifícios com qualidade arquitetónica e com elementos de interesse, a chamada arquitetura de acompanhamento, assim como fachadas de interesse e elementos edificados pontuais. O valor arquitetónico e as categorias de proteção abrangem:

- **Valor isolado** – edificações de valor patrimonial - edifícios singulares ou notáveis, edifícios com qualidade arquitetónica ou com elementos interesse – e fachadas de valor patrimonial;
- **Valor de conjunto** – edifícios com elementos de interesse ou imóveis ou com valor de conjunto pela sua tipologia ou inserção urbana ou edifícios com elementos de interesse que, embora dispersos no território, constituem um conjunto;

O património arquitetónico subdivide-se nas seguintes classes e tipos:

- Arquitetura militar,
- Arquitetura religiosa,
- Arquitetura civil:
 - Matriz residencial,
 - Matriz residencial com outros usos,
 - Matriz equipamento,
 - Matriz comércio e serviços,
 - Matriz industrial e logística,
 - Matriz infraestrutura.

A avaliação crítica dos elementos com valor patrimonial ou potencial com interesse, utilizada na Carta de Valores Patrimoniais do Centro Histórico de Évora (CVPCHE, 2021), considerou os seguintes valores reconhecidos de interesse patrimonial – interesse histórico-patrimonial, interesse arquitetónico, preservação e estado de conservação, ações a desenvolver no âmbito do trabalho e grau de proteção.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Tabela 1 - Avaliação crítica dos elementos com valor patrimonial ou potencial com interesse

Carta de Valores Patrimoniais	
Avaliação crítica dos elementos com valor patrimonial ou potencial com interesse	
Interesse patrimonial e valores reconhecidos	
1. Interesse histórico-patrimonial	
<ul style="list-style-type: none"> a) Antiguidade, raridade; b) Associações históricas (eventos, personalidades), valor documental; c) Associação história urbana (evolução urbana); d) Interesse arqueológico e potencial (subsolo e vertical). 	
2. Interesse arquitetónico	
<ul style="list-style-type: none"> a) Interesse estético, interesse arquitetónico, pormenores decorativos; b) Obra de autor (arquiteto ou outro projetista); c) Valor tipológico, características construtivas ou pormenores decorativos, tradicionais locais (inclui EP); d) Contribui para a qualidade reconhecida dos espaços urbanos e conjuntos, caracter e aparência; e) Parte de conjunto, articulação com envolvente, representativo do desenvolvimento urbano; f) Reflete usos tradicionais (relação com tipologias como adegas, celeiros). g) Dissonante 	
3. Preservação e estado de conservação	
<ul style="list-style-type: none"> a) Imóveis em risco; b) Fachadas em risco; c) Património integrado em risco; d) Elementos de valor patrimonial em risco. 	
4. Ações a desenvolver no âmbito deste trabalho	
<ul style="list-style-type: none"> a) Imóveis ou elementos a visitar ou inventariar; b) Imóveis a estudar (ou elementos); c) Imóveis a caracterizar (após inventariação e estudo); d) Revisão de fachadas 1 / 2; e) Caracterização tipologias arquitetónicas e arquitetura de acompanhamento. 	
5. Grau de proteção	
<ul style="list-style-type: none"> a) Imóveis com valor patrimonial; b) Imóveis com elementos de valor patrimonial (incluindo valor tipológico, características arquitetónicas específicas); c) Fachadas notáveis ou de interesse; d) Elemento pontual de valor patrimonial; e) Valor arqueológico (subsolo e arqueologia vertical); f) Conjunto arquitetónico ou de elementos pontuais; elementos integrados em conjunto ou elementos isolados associados a conjunto. 	

Edificações de valor patrimonial

Imóveis notáveis (E1)

São imóveis com carácter de exceção relativamente à sua singularidade e autenticidade, na sua arquitetura, sistema construtivo, materiais e tipologia. Apresentam valor histórico-patrimonial significativo devido à qualidade arquitetónica e a elementos arquitetónicos ou decorativos, usualmente com influência erudita e possuem elementos de interesse ao nível do interior e do exterior. Possuem antiguidade, são exemplo de período histórico ou método construtivo e poderão possuir valor simbólico ou memorial, mantendo elevado grau de coerência e integridade ao nível do seu exterior (fachadas) e interior.

Imóveis de qualidade ou com elementos de interesse (E2)

São imóveis de qualidade ou com elementos de interesse, que não tendo carácter de exceção, apresentam valores de singularidade e autenticidade, na sua arquitetura, sistema construtivo, materiais e tipologia. Apresentam características construtivas, estéticas, elementos estruturais, arqueológicos ou decorativos com interesse, como exemplo de período histórico, expressão arquitetónica e método construtivo. Os elementos ou aspetos de interesse podem ser globais ou parciais, ao nível do exterior ou interior, merecendo destaque os elementos subsistentes no interior, como abóbadas, abobadilhas, arcos, pintura mural, tetos decorados ou molduras de vãos. O valor patrimonial pode ter sido minorado face de alterações ou adulterações que, ao longo do tempo, puseram em causa a sua integridade e autenticidade.

Imóveis de acompanhamento (E3)

São imóveis de acompanhamento que apresentam valores de autenticidade, na sua arquitetura, sistema construtivo, materiais e tipologia, exemplos de arquitetura com evidências de antiguidade e de elementos de interesse ao nível da fachada. Poderão existir, eventualmente, elementos de interesse nos respetivos interiores, apesar de não serem identificados. As fachadas podem apresentar elementos de interesse, como elementos decorativos de valor moderado.

Fachadas de valor patrimonial

Fachadas de qualidade ou de interesse (F1)

Fachadas que se destacam, constituindo um valor isolado pela sua singularidade, composição, unidade, qualidade arquitetónica, representatividade de um determinado período ou estilo. Observa-se a tendência para a regularidade na geometria e na composição da fachada, no ritmo da fenestração, evidenciando, por vezes, um cariz erudito. São fachadas singulares pela sua coerência ao nível formal, pela proporção e pela existência de pormenores decorativos denotando influência erudita - revestimentos cuidados, embasamentos/socos, verticais / pilastras, frisos e cornijas, molduras e lintéis nas molduras dos vãos (por exemplo, revestimentos de imitação cuidados).

Fachadas com elementos de interesse (F2)

Fachadas que apresentam um valor isolado relativo ou estão integradas em frentes de rua com unidade ou coerentes no seu todo. Podem possuir características arquitetónicas e / ou elementos decorativos de interesse moderado expressos numa gramática decorativa com certa austeridade / simplicidade, ou minorado por adulterações

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

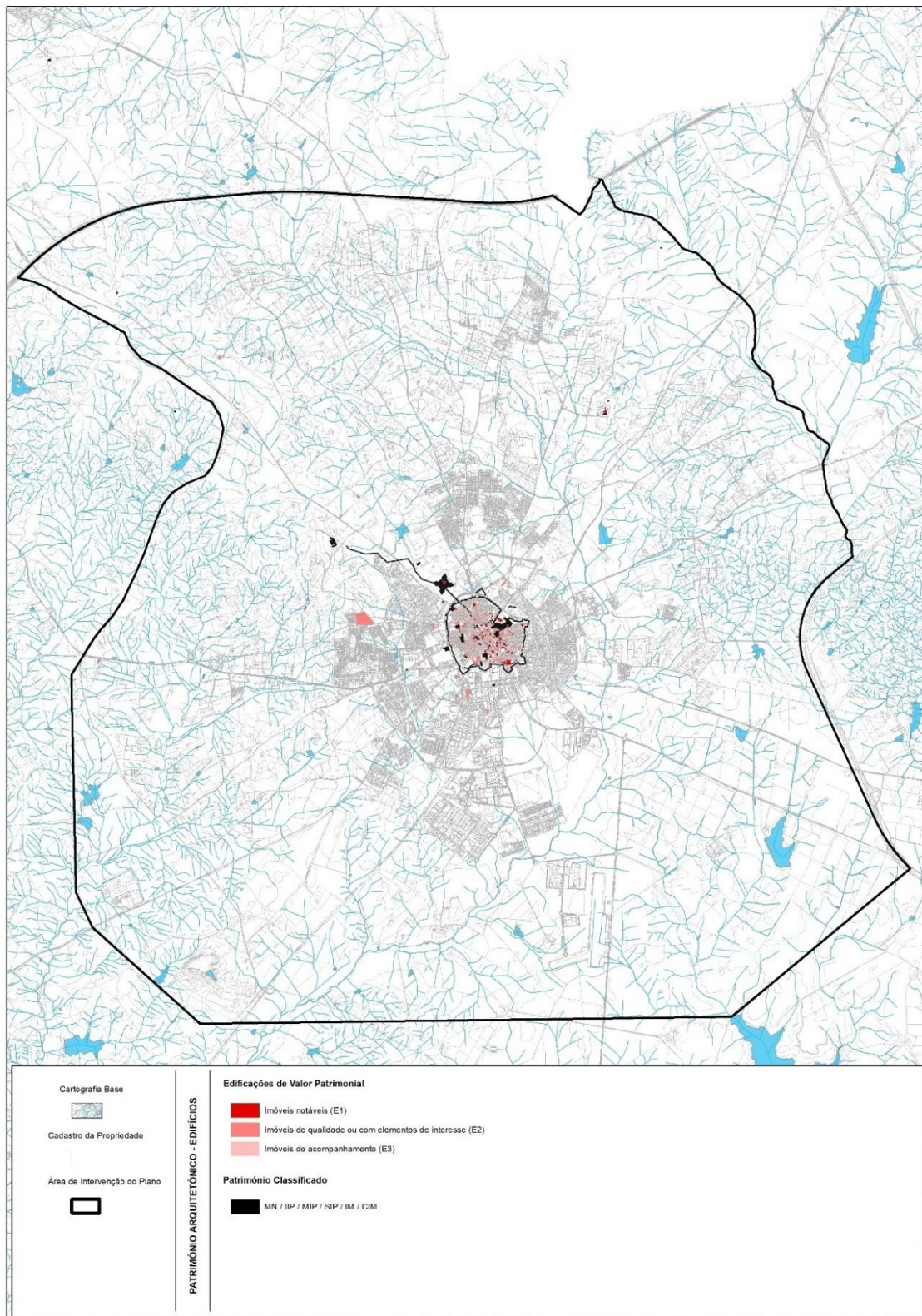


Figura 8 - Património arquitetónico – edifícios

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

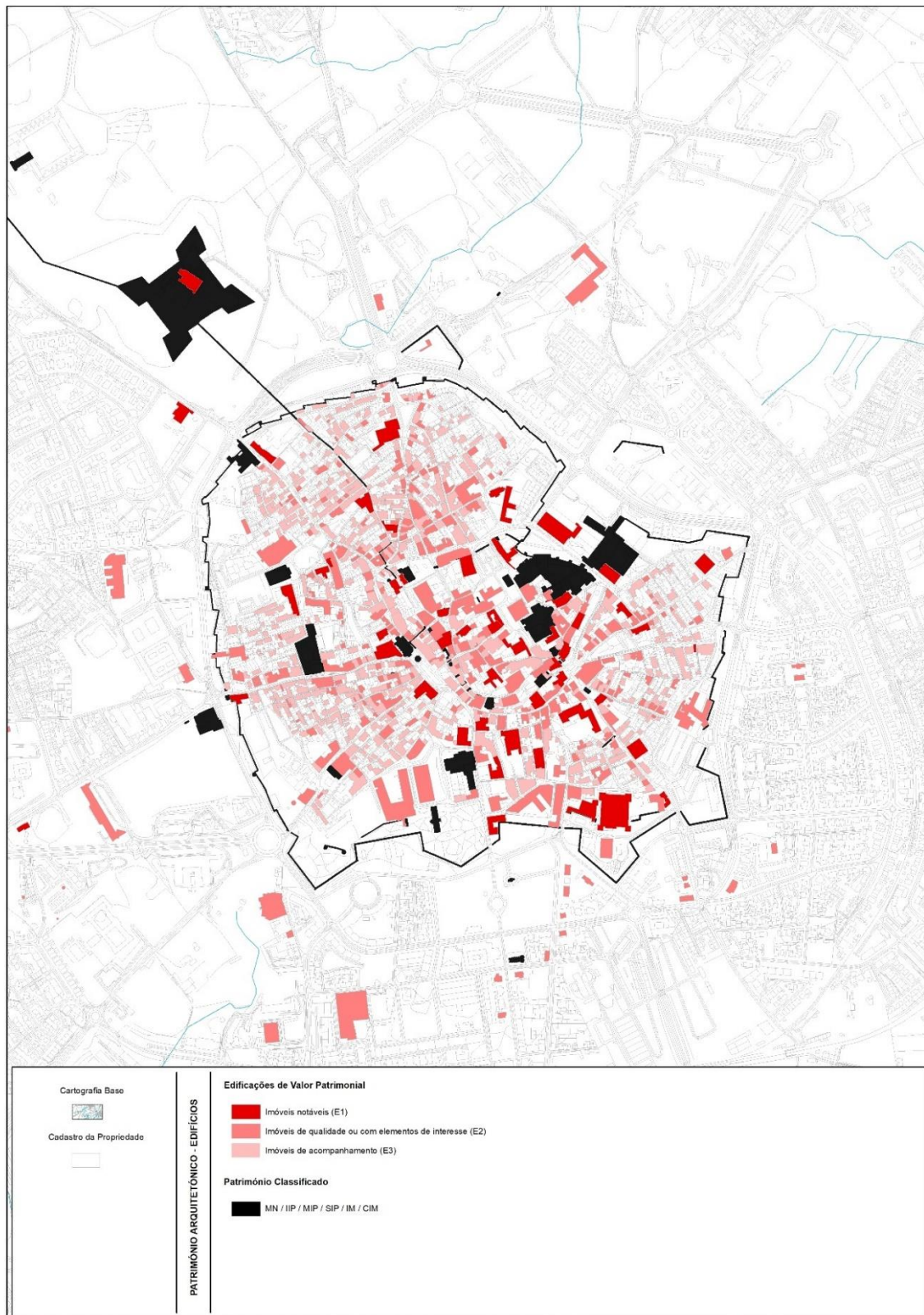


Figura 9 - Património arquitetónico – edifícios intramuros *extramuros*



Figura 10 - Património arquitetónico – Fachadas de valor patrimonial

Valores de conjunto

Conjuntos de interesse arquitetónico (CIA)

Edifícios com características construtivas e arquitetónicas comuns, ao nível tipológico e na composição das fachada. Podem ser edificações com características arquitetónicas idênticas, próximas ou contíguas entre si, configurando um conjunto (ou série), ou podem estar dispersas no território, designadamente:

- Edificações formalmente idênticas e dispersas no espaço urbano, configurando um conjunto (como os Passos do Senhor);
- Os conjuntos arquitetónicos diversos, constituídos imóveis tipologicamente idênticos.

Os conjuntos de interesse arquitetónico não constituem uma categoria à parte no regulamento do Plano. A normativa do plano integra os imóveis que compõem os conjuntos arquitetónicos na categoria de proteção imóveis de acompanhamento (E3), que abrange também os conjuntos de arquitetura de acompanhamento, incluindo exemplos de arquitetura corrente e de arquitetura popular.

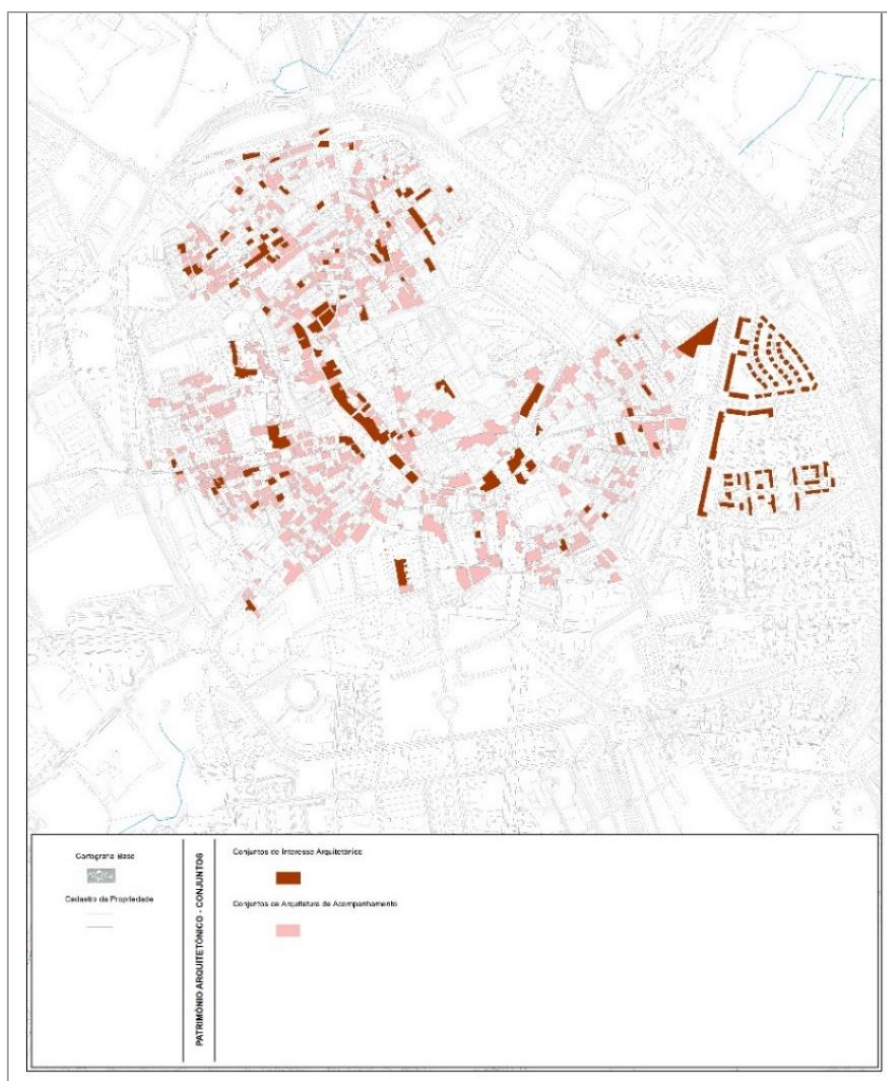


Figura 11 - Património arquitetónico – conjuntos

2.2.2 Estado de conservação do património edificado

Apresentamos em anexo a Carta de Risco dos Imóveis classificados (do Estado, afetos à DRCALEN e de alguns particulares (DRCA, 2022)), que definiu quatro níveis de risco, correspondendo o primeiro nível a imóveis em bom estado de conservação e o quarto nível a risco muito elevado. A Carta de Risco indica dez imóveis na área de intervenção e destes apresentam um Nível de Risco 2 – três imóveis; Nível de Risco 3 – dois imóveis; Nível de Risco 4 – cinco imóveis.

A Carta de Risco Municipal foi elaborada pelos serviços municipais e abrange imóveis classificados e não classificados, identificados e inventariados no PDME e PUE. Foram definidos quatro níveis de risco, correspondendo o primeiro nível a imóveis em bom estado de conservação e o quarto nível a risco muito elevado. A Carta de Risco Municipal indica trinta e um imóveis na área de intervenção, quinze dos quais são imóveis classificados, sendo os restantes propostos como edificações de valor patrimonial no presente relatório. Destes apresentam um Nível de Risco 2 – dez imóveis; Nível de Risco 3 – dez imóveis; Nível de Risco 4 – onze imóveis. Foram identificados sete imóveis subutilizados ou devolutos, cinco dos quais considerados nas cartas de risco, dois dos quais não considerados no nível de risco (os antigos quartéis).

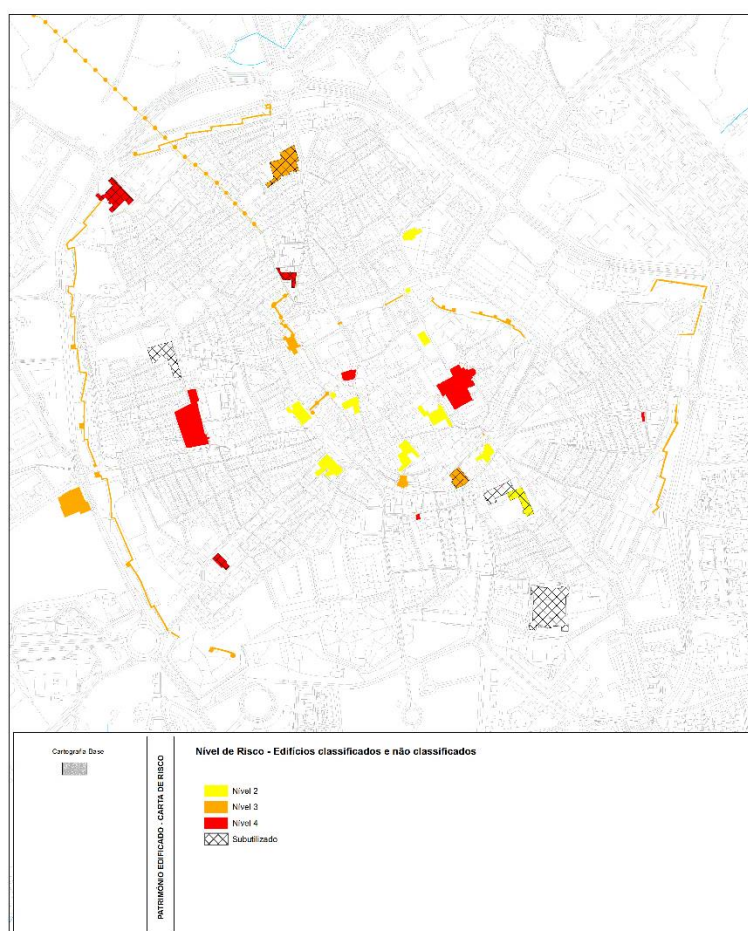


Figura 12 - Carta de risco do património edificado

2.3 Património arqueológico

O património arqueológico é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana. Este conceito aplica-se aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas abandonadas e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como a todos os objectos culturais móveis que lhe estejam associados.

ICOMOS (1990) Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, Artigo 1º.

Fonte: <file:///C:/Users/1939/Desktop/E-book-patrimonio.pdf>

Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos:

a) Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;

b) Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia. O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

Lei no 107/2001, Artigo 74.º. Fonte: <file:///C:/Users/1939/Desktop/E-book-patrimonio.pdf>

2.3.1 Categorias de protecção do património arqueológico

A proposta de sensibilidade arqueológica assenta no conhecimento existente relativo aos vestígios arqueológicos, mediante escavação, sondagem ou acompanhamento, ou da ponderação da probabilidade da sua ocorrência com base na análise histórica da evolução urbana. Este facto permitiu fundamentar a existência de quatro níveis de sensibilidade arqueológica – cujo desdobramento prático pode passar por escavação, sondagem diagnóstica, relatório prévio, acompanhamento, exame arqueológico parietal, de forma isolada ou cumulativa e ajustada a cada situação. Verificando-se a inexistência de suporte científico, a decisão pode passar pela não aplicação de medidas cautelares – e associar-lhes normativas – de protecção, salvaguarda ou valorização – que minimizem impactos.

Em fase de programa ou de projeto ou durante a realização de trabalhos pode ser solicitada, devidamente fundamentada, a realização de sondagens ou escavações arqueológicas no subsolo ou de sondagens parietais em edificações de valor patrimonial. A aplicação de medidas deve ser rigorosa e, simultaneamente, deve observar o princípio da proporcionalidade. As subcategorias definidas baseiam-se no zonamento de sensibilidade e nos três graus de protecção do património arqueológico adotados no PDME. A delimitação de cada uma destas áreas, constante na Planta de Património, pode ser objeto de ajustes pontuais desde que devidamente fundamentados.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

Adicionalmente, em todo o território, mesmo em solo não incluído em ASA, quando sejam descobertos vestígios arqueológicos de qualquer tipo é obrigatória a suspensão de trabalhos, dando imediato conhecimento do achado à CMÉ e aos serviços competentes da administração do património cultural, no termos da legislação em vigor.

Área de máxima sensibilidade arqueológica 1 (ASA1)

A *área de máxima sensibilidade arqueológica* é atribuída a locais onde existem evidências concretas e materiais, decorrentes de intervenção arqueológica total ou parcial, ou, em alternativa, situados na sua envolvente ou área de afetação potencial.

Área de elevada sensibilidade arqueológica 2 (ASA 2)

A *área de elevada sensibilidade arqueológica* é atribuída a locais onde existem fortes indícios, normalmente revelados por prospeção arqueológica, fontes documentais ou informação oral, de subsistirem elementos arqueológicos relevantes no subsolo que importa salvaguardar ou, no mínimo, empreender medidas tendentes à compreensão da sua real importância histórica e arqueológica.

Área de sensibilidade arqueológica intermédia 3 (ASA 3)

A *área de sensibilidade arqueológica intermédia* é atribuída a locais onde existe uma natureza imprecisa dos vestígios em presença (cronologia, qualidade técnica, fraca concentração de materiais, vestígios não especificados, achados avulsos, etc.), da sua importância aparente ou de ausência de fontes documentais que justifiquem a sua inscrição numa categoria mais elevada.

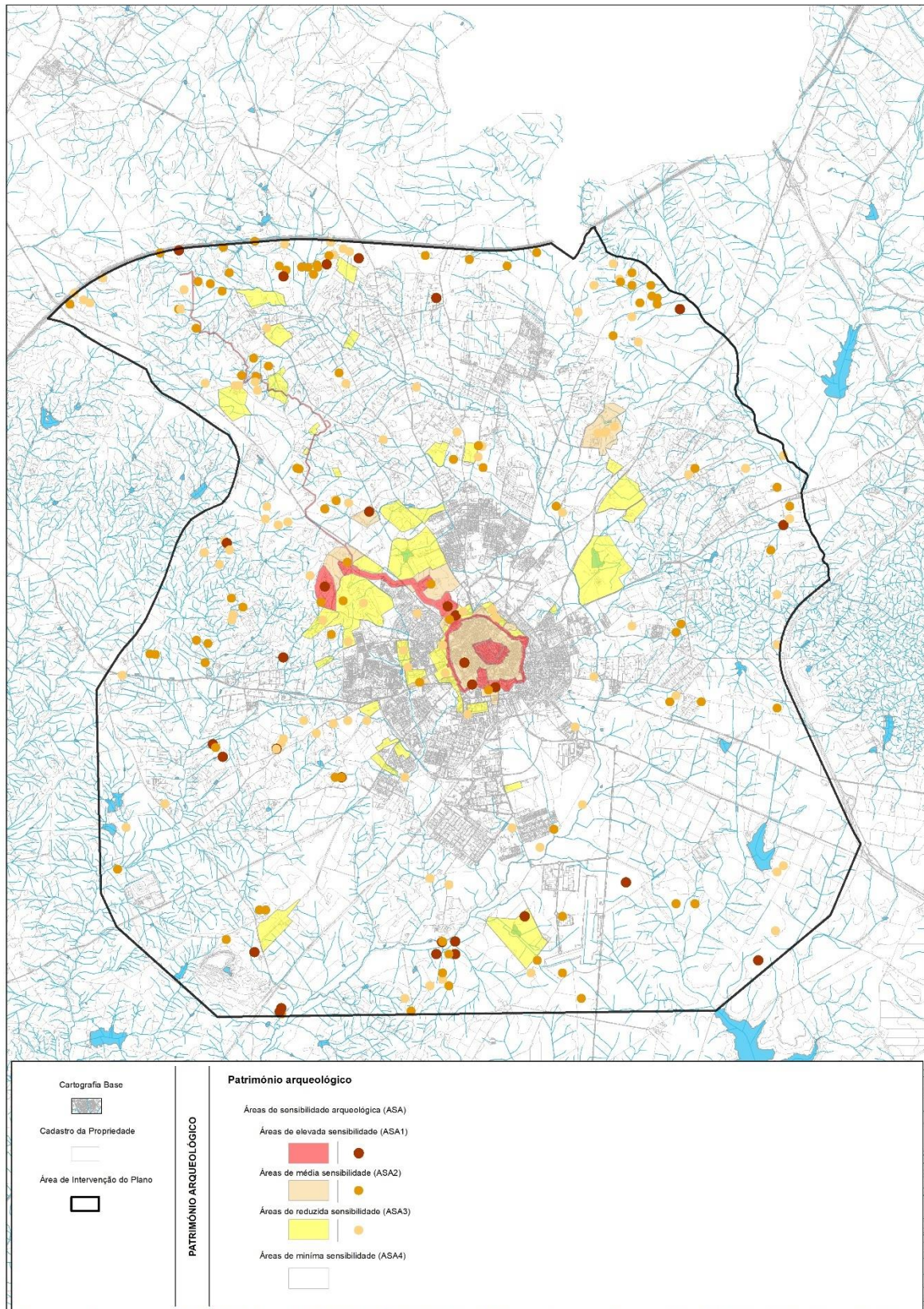


Figura 13 - Património arqueológico

2.4 Elementos pontuais edificados de valor patrimonial

Estes elementos do património edificado apresentam, pela sua natureza, um carácter híbrido, com características comuns ao património arquitetónico e ao património arqueológico. Podem ser elementos isolados com valor histórico, arquitetónico, arqueológico ou estético. Ou podem apresentar-se, em alternativa, como elementos integrados numa fachada ou num muro que, para além disso, não apresentam características distintivas, coetâneas ou coerentes com o elemento pontual identificado, existindo exemplos de elementos desta natureza apostos nas fachadas. Os elementos pontuais de valor patrimonial podem corresponder, eventualmente, a exemplos de “arqueologia da arquitetura” ou ser resultantes de “arqueologia vertical”, enquanto elementos subsistentes de construções alteradas ou desaparecidas.

Estes elementos, identificados na planta do património com a letra **P** apresentam uma grande concentração na cidade intramuros, apresentando-se isolados ou associados a imóveis. Na cidade extramuros e em espaço rural observam-se sobretudo elementos isolados.

Esta categoria é utilizada neste processo de inventariação e categorização de modo mais abrangente passando a englobar elementos que, até agora, não estavam considerados (um exemplo flagrante são as placas de domínio, como as chamadas “Placas Cabido”. A referência destes elementos no registo de inventário anexo ao regulamento do Plano, surge quer como registo independente, quer como registo associado a edificação de valor patrimonial ou fachada de valor patrimonial.

Os elementos pontuais subdividem-se nos seguintes tipos:

- o fontes e chafarizes,
- o passos da paixão,
- o arcos botantes,
- o molduras ou vestígios de vãos, portais, portas e janelas (em cantaria, em arco ou decoração singular);
- o nichos e oratórios,
- o placas de domínio (como placas “Cabido”) ou azulejos de domínio,

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

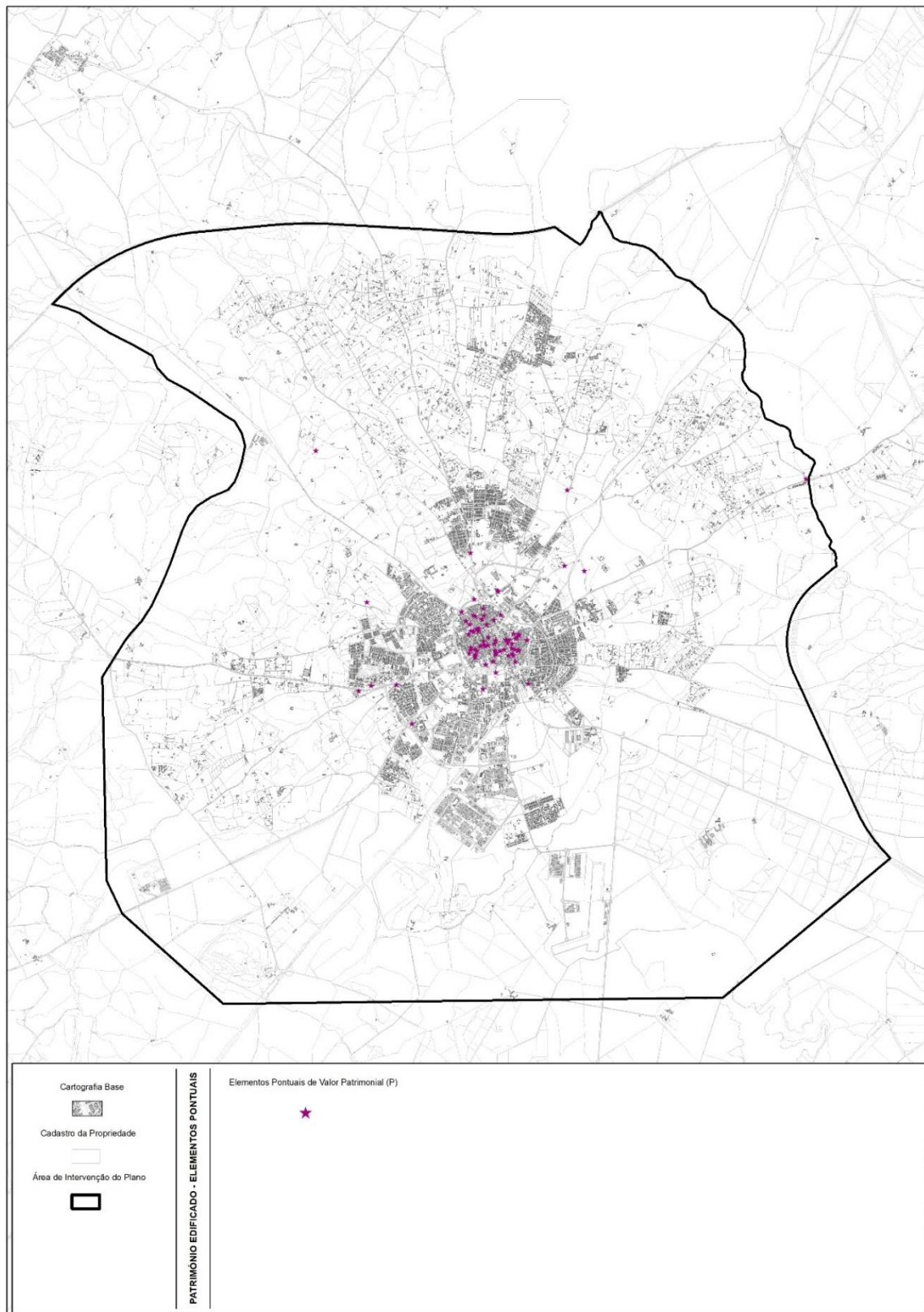


Figura 14- Elementos pontuais de valor patrimonial

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

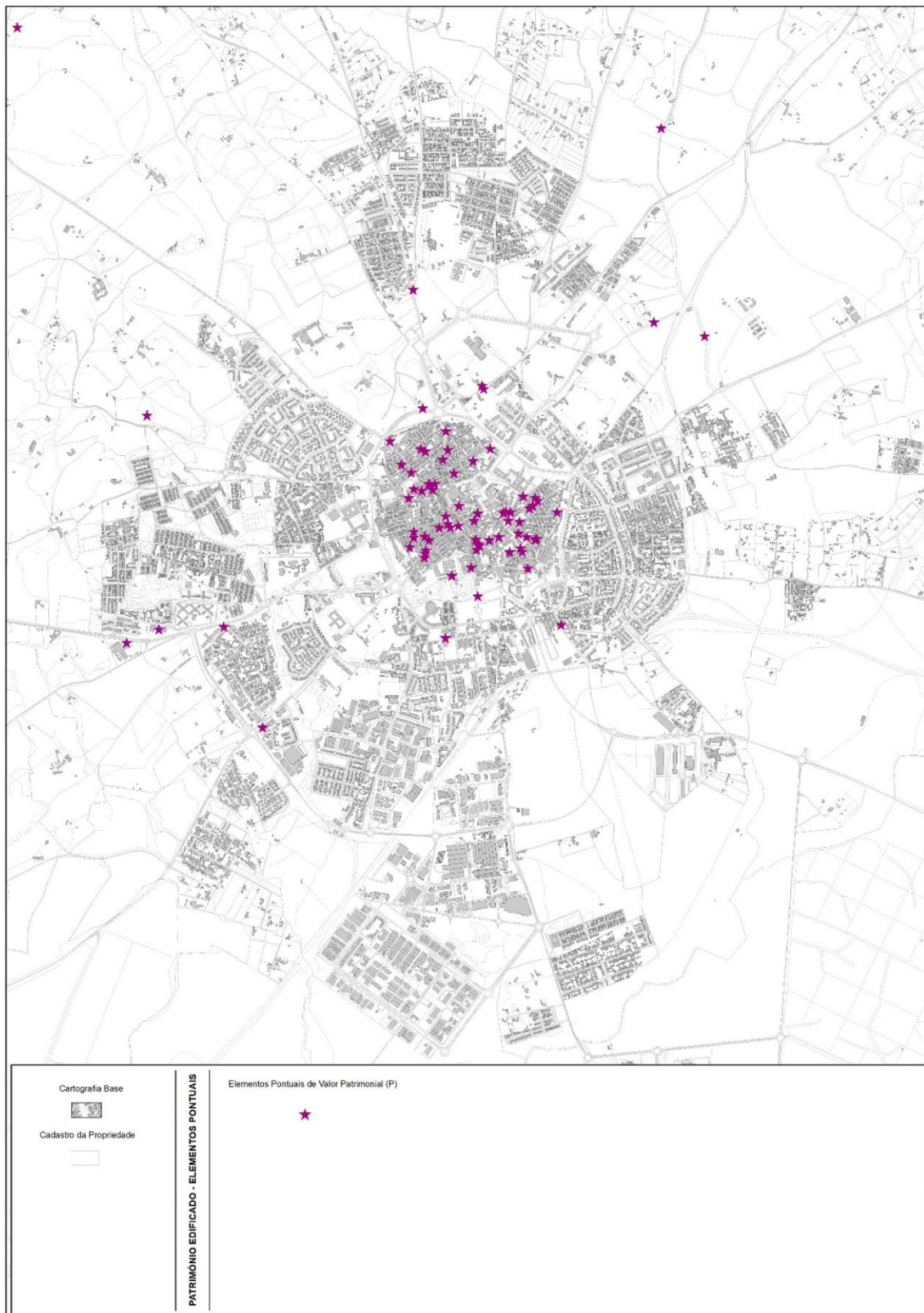


Figura 15 - Elementos pontuais de valor patrimonial da cidade

3. Património paisagístico

O Património paisagístico corresponde a uma “área geográfica que apresenta um interesse relevante do ponto de vista da paisagem quer seja natural ou transformada pelo homem”. *European Heritage Network (s.d.) Cultural Heritage Thesaurus, p. 50.*

“**Sítios:** obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo sítios arqueológicos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

UNESCO (1972) Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Artigo 1.º

“**Sítio** significa lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas.”

ICOMOS-Austrália (1979-1999) Carta de Burra - Carta para a conservação de lugares de significado cultural, Artigo 1.º - Definições.

“Um **jardim histórico** é uma composição arquitectónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Um jardim histórico é uma composição arquitectónica cujo material é essencialmente vegetal e, portanto, perecível e renovável. O seu aspecto é, pois, resultado de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações do ano, o crescimento e a decadência da natureza e a vontade artística e a mestria humana que tendem a perpetuar o seu estado.”

ICOMOS (1981) Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos, Artigos 1.o e 2.º

3.1 Categorias do património paisagístico

Sítios com valor patrimonial

O sítio é entendido como o suporte, apresenta uma dada matéria, forma, modo de construção e dinâmica, fatores que determinam a sua evolução. Os sítios com valor patrimonial resultam da construção que o Homem operou num determinado local, que interpretou e que modificou, função das suas propriedades e da evolução no tempo. São representativos de obras conjugadas do Homem e do meio natural com valor cultural e natural e assim paisagístico, histórico, estético, simbólico, lúdico, etnológico e antropológico.

Os SVP identificados são os seguintes - colina de implantação da cidade antiga, colina do Alto S. Bento, linha de separação de águas (linha de festo) entre as bacias do Sado e do Guadiana a Este da área em estudo. Estes sítios com valor patrimonial foram considerados na qualificação do solo e nas ações propostas pelo plano, não constituindo, no entanto, uma categoria à parte no registo de inventário anexo ao regulamento do Plano.

Grandes conjuntos rústicos com valor patrimonial

Estes conjuntos são caracterizados pela estrutura da paisagem, a orografia, a hidrologia, os usos e a ocupação agroflorestal existente, o sistema vegetal, o cadastro, os caminhos e percursos, os conjuntos edificados, as edificações de valor patrimonial e os elementos pontuais edificados de valor patrimonial, os muros, os moinhos e sistemas hidráulicos. Esta categoria abrange igualmente os conjuntos monumentais e com interesse paisagístico inseridos em espaço rural que integram espaços verdes de valor patrimonial (ver Fig.7).

Foram identificados dois grandes conjuntos com interesse paisagístico - um a noroeste da cidade “Paisagem Cultural e Monumental e Zona Envolvente ao Aqueduto” e outro a nordeste da cidade “Zona do Convento e Quinta do Espinheiro e Envolventes”. Ambos possuem excecionalidades naturais e culturais, testemunham o passar do tempo, com identidade própria. Em posições e sítios notáveis, lá encontramos locais com vista privilegiada sobre a cidade e envolvente, cercas conventuais, quintas de recreio e produção, e um sistema de percursos antigos. O interesse e valor que possuem é cultural, histórico, social ecológico e estético. Ainda conjuntos predominantemente vivos, com simbolismos e vocações que têm que ser valorizadas e perpetuadas.

Espaços verdes de valor patrimonial

Os espaços verdes de valor patrimonial correspondem a áreas agrícolas e espaços abertos com valor cultural, que são espaços abertos, inscritos em solo urbano ou solo rústico, públicos ou privados, com valor natural e cultural. Estes espaços devem ser reconhecidos pelo valor intrínseco que possuem – associados à forma, à função e à história-, mas também pelo contexto dos sistemas naturais que integram e pelas interações que se estabelecem entre o sistema natural e cultural. Devem assim ser distinguidas e preservadas a estrutura, a espacialidade e a materialidade do conjunto e valorizadas as articulações entre os sistemas de vegetação, hídrico, hidráulico, solo, relevo, percursos, o conjunto de vistas, e o valor simbólico que configuram estas tipologias.

O estado de abandono, de grande parte das categorias identificadas – hortos de recreio, hortas, jardins, quintas de recreio, quintas de produção e herdades – conduziram, na maioria dos casos, a situações de degradação e de perda da leitura da unidade do conjunto, da estrutura, da espacialidade e dos elementos tipológicos e mesmo ao desaparecimento da função principal. Diversos percursos antigos, alguns dos quais abandonados ou desarticulados, correspondem a eixos de circulação murados (designados por azinhagas). Em regra, delimitam quintas e cercas conventuais.

Os espaços verdes de valor patrimonial estão subdivididos em **duas subcategorias**:

Áreas agrícolas com valor cultural - quintas e cercas conventuais (Q)

Estas áreas agrícolas integram ou o interior da cidade muralhada (hortos, hortas e partes de antigas cercas) ou a sua periferia mais próxima (hortas, quintas de produção e quintas de recreio) ou mais distante (herdades). Também localizadas dentro ou fora da cidade muralhada, e em situação de maior ou menor afastamento, encontram-se as cercas conventuais.

Tratam-se, na maior parte dos casos, de conjuntos (ou já só partes que restam destes) em que cada componente (natural e cultural) está relacionado com os restantes e com a totalidade.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Correspondem a espaços onde perdura uma estrutura, onde entre os distintos componentes – naturais (relevo, água, solo, vegetação, água, microclima) e culturais (muros, aquedutos, tanques, caleiras, edifícios, caminhos, vistas, entre outros) - se estabelecem ligações entre si e inter-relações. No essencial, são lugares onde se criam ligações intrínsecas, que têm algum tipo de relação e continuidade com a envolvente, e onde ocorre há complementaridade de funções, portanto com mais do que uma função.

Diversos elementos estruturam ou podem estruturar e organizar estes espaços, designadamente o cadastro, o sistema de percursos, os muros que delimitam as quintas, assim como os edifícios existentes, estruturas fortificadas, moinhos, muros, sistema hidráulico. As quintas de recreio e produção organizam-se na unidade funcional e vivencial de cada quinta e na complementaridade das suas subunidades - mata, horta, pomar, jardim e edifício.

Jardins históricos (J)

Estes espaços de valor patrimonial são jardins públicos ou jardins ou hortos privados a que se reconhece valor patrimonial. Os jardins históricos são espaços e sistemas artificiais construídos pelo Homem. Mostram o conhecimento, a história das culturas, o imaginário, as mentalidades e a perceção que o Homem foi tendo da Natureza. Possuem interesse histórico sempre que contêm elementos significativos da obra, ao tempo em que foram construídos. Objeto de projeto ou idealizados e/ou recriados por jardineiros. Em Évora estes jardins possuem utilização pública ou privada, muitas vezes associados a edifícios nobres. Na cidade intramuros destaca-se o Jardim Público, que ocupou o espaço do antigo Horto do Paço de S. Francisco e com carácter privado identificam-se jardins de palácios ou casas nobres que foram objeto de alterações ao longo do tempo e de que subsistem nalguns casos apenas partes ou vestígios, de que são exemplificativos o Paço de S. Miguel, Palácio Cadaval, casa nobre da Travessa do Cordovil, Casa de Salema, Palácio Barahona, Paço dos Morgados da Bandeira. Para além do sistema vegetal que lhe é dominante, possuem elementos construídos de contenção, circulação, paragem e evasão, onde se valorizam ambiências mais frescas (muros e muretes, percursos, canteiros, fontes e bicas, bancos e casas de fresco) e o sistema hidráulico (poços, caleiras e tanques).

A referência destes elementos no registo de inventário anexo ao regulamento do Plano, surge quer como registo independente, quer como registo associado a edificação de valor patrimonial ou fachada de valor patrimonial.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

Tabela 2 - Áreas agrícolas e espaços abertos com valor cultural

Centro Histórico Hortas / partes de antigas cercas e jardins	Hortas-Hortos	Quintas de Recreio	Quintas de Produção	Cercas Conventuais	Herdades
Jardim Público	Horta dos Clérigos	Qta Malagueira	Qta do Valbom	Cerca do Convento da Cartuxa	Herdade do Monte das Flores
Cerca do Convento do Calvário	Horta de Monte Brito	Qta Glicíneas	Qta da Piedade (Potes)	Cerca do Convento de S. Bento de Cástris	Herdade do Monte da Serralheira
Quinta do Forte	Horta da Porta	Qta Sam Pedro de Valcovo	Qta S. José de Peramanca	Cerca do Convento de Santa Margarida Aivados	Herdade do Monte da Chaminé
Quinta do Paim	Horto do Paço de S. Francisco	Fonte da Qta do Arcediago (elemento pontual – P)	Qta da Carraça	Cerca do Convento de Santo António da Piedade	Herdade de Pinheiros
Horto de recreio o Paço de Cadaval	Horta do Bispo	Qta do Sande	Qta da Sagrada Família	Cerca do Convento do Espinheiro	
Horto de recreio do paço de S. Miguel	Horta do Azinhal (fora da área de estudo)	Qta da Manizola	Qta de S. Caetano		
Horto da Casa Nobre da Rua do Raimundo	Horta de Sto. André	Qta do Chantre	Qta dos Valadares		
Horto de recreio Nobre da Travessa do Cordovil	Ferragial de Sto António	Qta do Pio	Qta do Alcaide		
Paço Morgados da Bandeira	Qta do Telhal	Qta do Frades da Graça	Qta de Alpedriche		
Jardim do Palácio Barahona	Qta do Saragoça	Qta da Fonte Santa	Qta dos Bastos Ribeiro		
Jardim Diana	Horto do Camões (casas de torre do sec. XV)	Qta de Moura	Qta da Espada (turismo rural)		
Jardim do Bacalhau			Qta do Governador		
			Qta do Caldeireiro		
			Qta S. José do Cano		
			Qta da Fuzeira		

3.2 Valor patrimonial e estado de conservação

Na atualidade, relativamente a estas áreas e conjuntos, considera-se que:

- As Hortas e Hortos são espaços determinantes, não só pela produção e recreio, que já não são significativos na maioria dos casos (ainda que desejavelmente possam vir a recuperá-lo), mas pelas funções de proteção (solo, água e ar) que intrinsecamente asseguram, são fundamentais nos sistemas de fluxos e na conservação de solos com maior fertilidade em solo urbano.
- A Quinta da Malagueira e a Quinta das Glicínias são dois exemplos em que a leitura do conjunto - unidade funcional e vivencial e complementaridade das suas subunidades (mata, horta, pomar, jardim e edifício) se mantêm. Onde a estrutura e as funções perduram, ainda que com alguns problemas de degradação e manutenção e/ou conservação. As restantes quintas encontram-se, em avançado estado de degradação ou desqualificação do conjunto e dos seus principais sistemas, com ou sem abandono da componente agrícola.
- Na Cerca do Convento da Cartuxa podemos considerar que as áreas adjacentes ao conjunto edificado se apresentam em estado de conservação razoável, porém, a maior parte da cerca tem alguns problemas de degradação.
- As Cercas de S. Bento de Cástris mantêm-se íntegra e apresenta alguns problemas de degradação e mantém em estado razoável o sistema hidráulico.
- A cerca do Convento de S. António da Piedade apresenta um elevado estado de degradação.
- A Cerca do Convento do Espinheiro passou por um processo descaracterização, dado o harmonizar-se com novos usos, sem que tivesse ocorrido a manutenção da estrutura e adequada integração dos elementos e espaços tipológicos.
- As Herdades mantêm as dinâmicas tradicionais e/ou adaptaram-se às novas oportunidades económicas, seja ao nível agrícola ou turístico.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

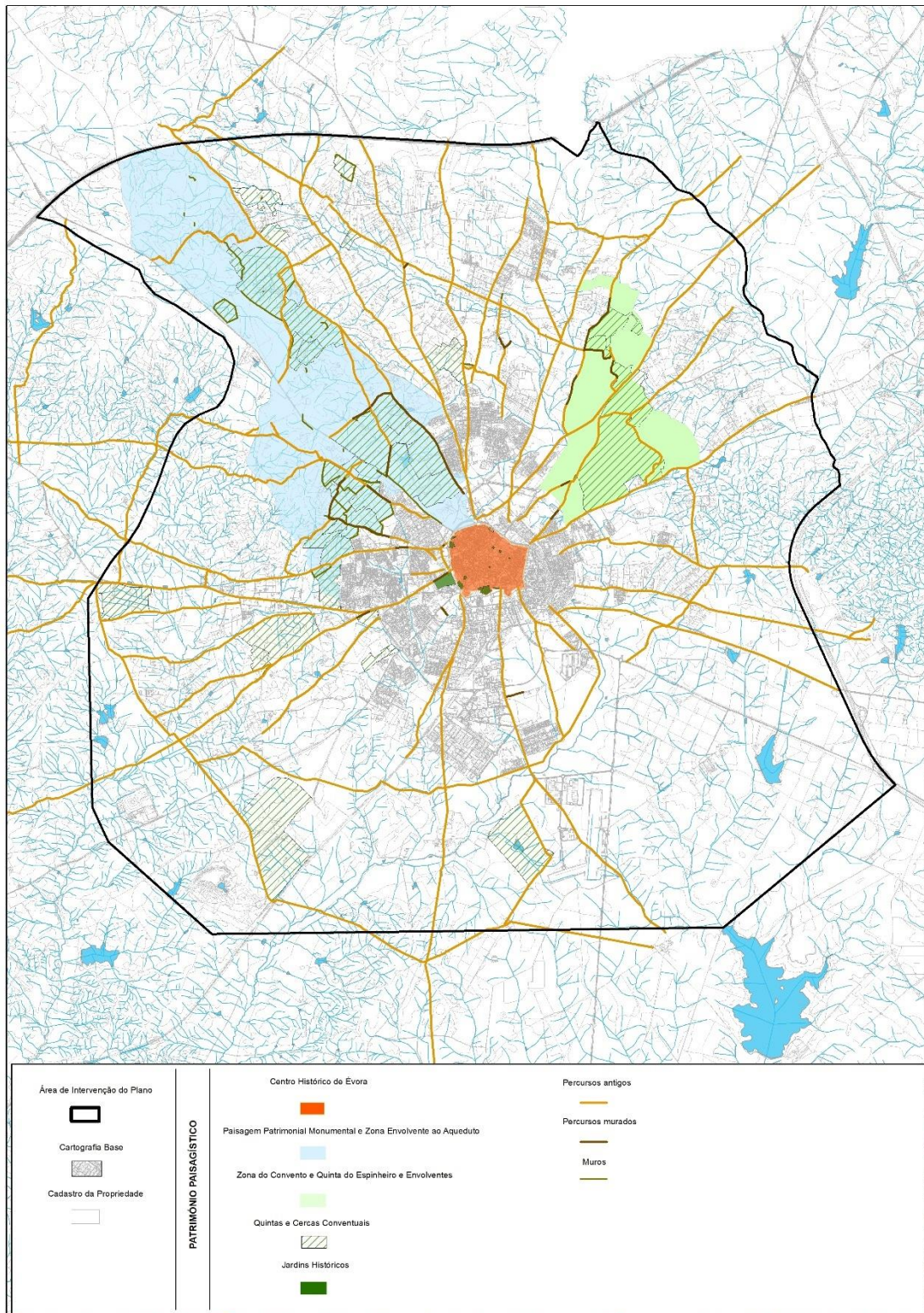


Figura 16 - Património paisagístico

4. Património imaterial e memorial

Entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências - bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.

UNESCO (2003) Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Artigo 2.º: Definições.

Integram [...] o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas. [...] integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas. Especial proteção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Artigos 2.º e 91.º.

As denominadas lojas históricas ou estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local¹⁶, são espaços de referência, com características arquitetónicas particulares e que apresentam singularidades decorativas relevantes, que na maior parte dos casos aludem ao uso original do mesmo, o qual interessa preservar. Tendo em conta que o seu reconhecimento obedece a um regime jurídico próprio, serão indicados neste relatório os estabelecimentos ou entidades reconhecidas formalmente. A Sociedade Harmonia Eborense (SHE) foi reconhecida em 2017 como entidade de interesse histórico-cultural e social local, nos termos de Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.

Espaços e lugares associados a património cultural imaterial

Espaços, lugares ou sítios, associados a manifestações culturais associadas a Património Cultural Imaterial ou sítios, lugares ou espaços que constituam o suporte físico das mesmas, continuamente ao longo do tempo. As manifestações culturais em causa persistem na atualidade, sejam festas, romarias ou feiras.

Entre os espaços associados a manifestações culturais destacam-se os Passos da Paixão relativamente às procissões da quaresma (que são listados como elementos pontuais edificados de valor patrimonial). Os restantes espaços ou lugares suportam manifestações como romagens, festas, romarias e feiras.

¹⁶ Lei n.º 42/2017, de 14 de Junho RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL

Espaços identificados: Passos do Senhor / Passos da Paixão - Os cinco passos da paixão foram edificados para suporte da procissão do Senhor dos Passos que continua a realizar-se na quaresma; Adro da Igreja de Santo Antão - O adro desta igreja é palco do Cante ao Menino, aquando da quadra natalícia; Rossio de S. Brás - No rossio realizam-se feiras e mercados desde a idade Média (século XIV), com destaque para a Feira de S. João, evento anual realizado em junho/julho; Alto de S. Bento - Esta colina acolhe a romagem de eborenses na segunda feira de Pascoa para almoçar e comer o tradicional borrego das festividades; Ermida de Santa Barbara de Valcovo - Na festa / romaria simultânea de Santa Barbara e do Senhor Jesus dos Aflitos acorriam centena de peregrinos e forasteiros da cidade e das circunvizinhanças.

Estes espaços são respeitados na qualificação do solo, seja no zonamento do solo rustico, seja no zonamento do solo urbano, e nas ações propostas pelo plano, não constituindo, no entanto, uma categoria à parte no registo de inventário anexo ao regulamento do Plano.

Espaços e lugares ou percurso com valor memorial

Espaços e lugares outrora associados a acontecimentos ou a manifestações culturais, hoje desaparecidas ou memórias de práticas hoje desaparecidas. Incluem-se nesta categoria espaços há muito apropriados pela população e suporte de práticas coletivas, assim como espaços canais de ligação entre lugares.

Em Évora destaca-se o conjunto de espaços e construções associados ao **ciclo produtivo do pão**, em tempos uma das bases da economia local, ao longo do tempo, desde o processo de armazenagem à moagem. Diversos elementos construídos são testemunho da importância do processo produtivo relacionado com o pão ao longo do tempo, desde o processo de armazenagem à moagem, destacando-se: conjunto de moinhos do Alto de S. Bento, Senhora da Glória, Malagueira, Gancho e Senhora do Carmo; Silos da EPAC; Ex Celeiros da EPAC intramuros; Fábrica dos Leões.

Estes espaços estão integrados na categoria E2 (imóveis de qualidade ou com elementos de interesse), não constituindo uma categoria à parte no registo de inventário anexo ao regulamento do Plano.

Espaços canais

Os espaços canais considerados constituem percursos antigos, incluindo percursos murados ou parcialmente murados, usualmente apelidados de azinhagas. Estes percursos correspondem a antigos caminhos que articulavam a cidade intramuros, a partir das portas das muralhas, às povoações em seu redor, ao termo da cidade, às quintas e mosteiros na sua envolvente.

Destacam-se os antigos caminhos que ligavam a cidade à zona de quintas, a norte e poente (Espinheiro, Canaviais, Louredo e Alto de S. Bento) convento do Espinheiro e Convento de S. Bento de Castris, de carácter radial. A norte diversos caminhos convergiam no antigo Paço da Oliveira, o que seria o caso do posteriormente apelidado “caminho da missa”.

Os caminhos de ligação a povoações dirigem-se para norte, sul, este e oeste de Évora. Outros percursos de carácter circular ou concêntrico, ligavam herdades e quintas e circundavam a cidade, como as antigas “canadas reais”. As azinhagas são percursos murados confinantes com antigas quintas e cercas conventuais, relativamente próximos da cidade.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

Estes percursos foram identificados a partir de cartografia antiga (seculos XVIII e XIX e cartas militares do seculo XX) e do reconhecimento em fotografia aérea. São na sua, maioria, ainda hoje reconhecíveis e poderão articular-se com a rede de percursos ambientais e patrimoniais a definir.

Estes espaços ou lugares associados ao património cultural imaterial ou com valor memorial poderão estão associados a outros elementos de valor patrimonial (edificações, conjuntos e grandes conjuntos) e igualmente ao zonamento do solo urbano e rustico, a subcategorias de espaços ou a espaços com usos específicos, ou a percursos de interesse ou lazer. Neste sentido, os valores descritos anteriormente poderão não ter uma categoria própria de proteção.

O Caminho da Missa, um antigo percurso rural que ligava os principais centros de culto religioso da zona das quintas de Évora – Sr. dos Aflitos, S. Roque e N. Sra. do Espinheiro – a norte da cidade, foi integrado nos percursos de lazer.

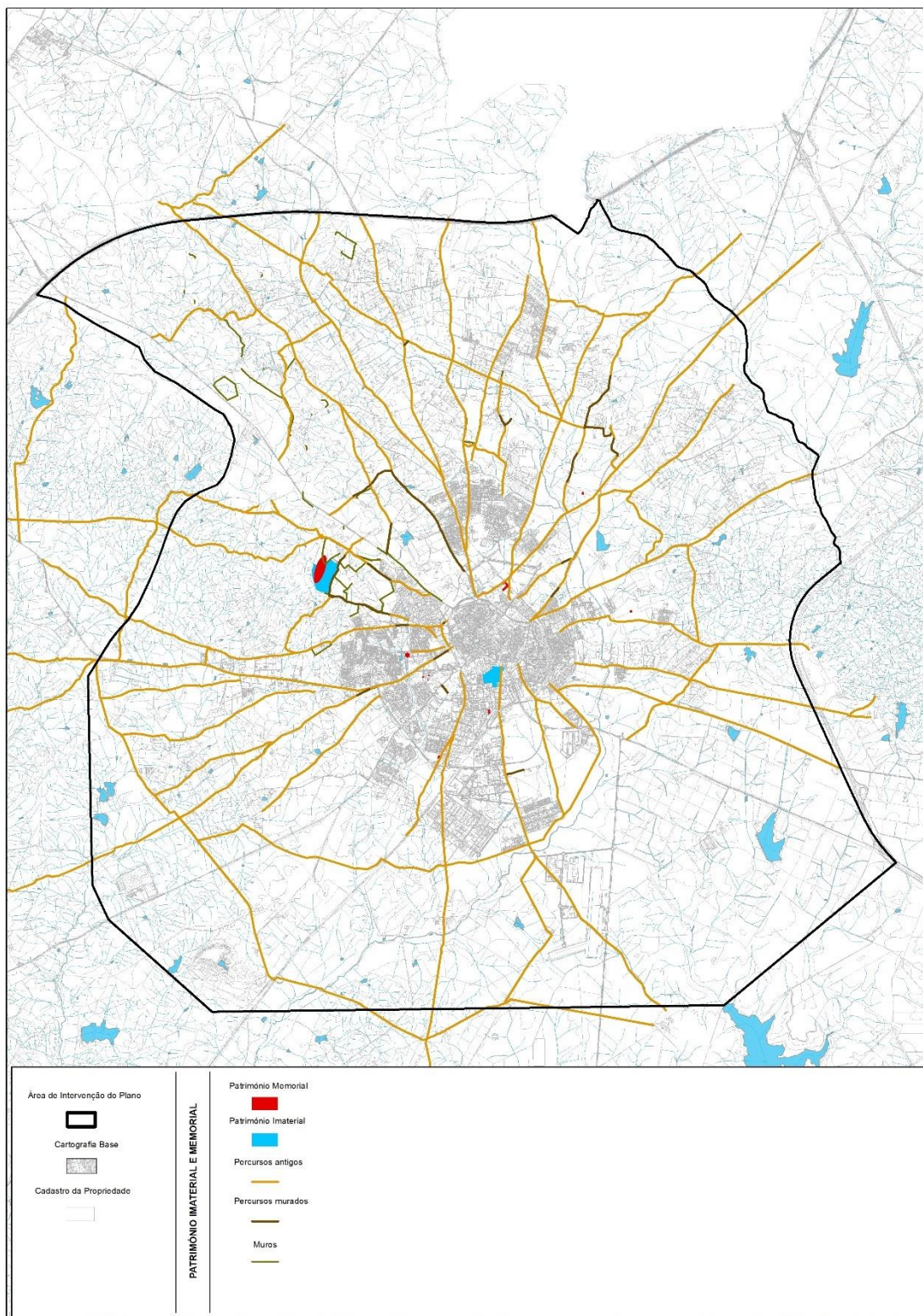


Figura 17- Património imaterial e memorial

5. Sistema de proteção de vistas

Enquadramento e envolvente

“Enquadramento significa a área envolvente e/ou adjacente a um lugar com valor de património cultural que é parte integrante da sua função, do seu significado e das suas relações. O enquadramento inclui estruturas, dependências, elementos, jardins, instalações, espaço aéreo e acessos que formem o contexto espacial do lugar ou que sejam utilizados em associação com o mesmo. O enquadramento inclui também: paisagens culturais, paisagens urbanas e ruas; perspectivas e vistas de e sobre um lugar; relações com outros lugares que contribuam para o valor cultural e patrimonial do lugar. O enquadramento pode ultrapassar a área legalmente definida, abrangendo uma zona envolvente necessária para a protecção, a longo prazo, do valor cultural e patrimonial do lugar.”

Área de influência visual: espaço valorizado em função de um imóvel de carácter patrimonial, cuja organização contribui para o enquadramento paisagístico ou urbano do mesmo.” *IHRU, IGESPAR (2010) Património Arquitectónico - Geral (Kits património, no 1, versão 1.0), p. 84.*

Na cidade de Évora e na sua envolvente identificam-se diversos pontos de tomada de vista e eixos ou enfiamentos visuais sobre a cidade intramuros e sobre a paisagem que circunda a cidade, assim como um conjunto de vistas da cidade para o seu exterior. Neste sentido, em Évora evidenciam-se:

- Vistas do conjunto, a grande distância,
- Vistas parciais da colina da cidade, de maior proximidade.

A tipologia da proteção de vista de tomadas de vista em Évora inclui:

- Cones visuais – pontos de vista, a partir de ponto fixo (panorâmico), exteriores e de proximidade;
- Eixos visuais – enfiamentos ou corredores visual, exteriores e de proximidade;
- Eixo de contemplação – corredor radial ou circular com vista panorâmica lateral.
- Pontos de vista panorâmicos – pontos fixos, sobre a cidade e desta para a envolvente.

A cidade intramuros apresenta um perfil icónico, em que se destacam, pela sua volumetria e relativa verticalidade, diversos monumentos, como a igreja de S. Mamede, Igreja e o Colégio do Espírito Santo, a nascente, o coroamento monumental da cidade ou Acrópole (Sé, Palácio de S. Miguel, torres do Palácio Cadaval, convento dos Lóios torre do Sertório e outras torres da Cerca Velha), a igreja de Santo Antão, a Torre do Salvador, a igreja de S. Francisco, a igreja do Carmo e o Quartel dos Dragões.

Cones visuais (CV)

Os cones visuais são definidos a partir de pontos fixos, pontos estes correspondentes a tomadas de vista consolidadas, como miradouros, áreas de permanência ou pontos de paragem, que são relativamente elevados (considerando a topografia envolvente);

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

Os cones visuais exteriores que consistem em planos definidos por pontos (de tomada de vistas) e o coroamento das muralhas são os seguintes:

- Alto de S. Bento – Vista de conjunto sobre o setor ocidental intramuros e grande parte da cidade extramuros (zonas norte, sul e oeste), abarca grande parte da chamada Plataforma de Évora, circunscrita pela Serra D'Ossa e Serra de Portel-Mendro e assim como a Paisagem Patrimonial e Monumental ao longo do Aqueduto, incluindo a Cerca da Cartuxa.
- Espinheiro – Vista de conjunto sobre o setor norte intramuros, assim como a zona norte da cidade, incluindo o Aqueduto e o Forte de Santo António (remete para gravura do século XVII).
- Estrada do Redondo / Alto da Boa Morte – Vista de conjunto sobre o setor norte e nascente intramuros, assim como as correspondentes zonas extramuros.

Cone visual exterior com vista sobre o conjunto da cidade:

- Estrada de Viana, junto a rotunda com a avenida da Embraer.

Os **cones visuais de proximidade** são os seguintes:

- CV1 – Espinheiro/Moinho – Vista de conjunto junto à EN18, abarca a Igreja e o Colégio do Espírito Santo, a nascente, o coroamento monumental da cidade ou Acrópole (Sé, Palácio de S. Miguel, torres do Palácio Cadaval), Torre do Salvador, Aqueduto e Forte de Santo António;
- CV2 – Malagueira / Alto dos Cucos – Vista de conjunto, abarca as torres do Palácio Cadaval, a Sé-Catedral, a Torre do Salvador, a Igreja de Santo Antão, a Torre do Sertório, as igrejas da Graça e de S. Francisco e a Torre de Alconchel;
- CV3 – S.Brás/Rossio – Vista parcial sobre a colina da cidade, abarca as igrejas S. Francisco e Santo Antão, a Sé-Catedral, a igreja da Graça e do Carmo e o Quartel dos Dragões;
- CV4 – Rotunda da variante sudeste (IP2) / circular – Vista de conjunto sobre a colina da cidade, abarca as igrejas de S. Francisco, Santo Antão e Graça, a Sé-Catedral, a igreja do Carmo, o Quartel dos Dragões, o Palácio de S. Miguel.
- CV5 – Vilas do Alcaide – vista sobre o conjunto da colina da cidade e o Alto de S. Bento.

Eixos visuais (EV)

Os eixos visuais são enfiamentos visuais, percursos de aproximação, focados em elementos notáveis / marcantes. Têm um carácter dinâmico, logo a perceção é móvel, proporcionando a descoberta da paisagem urbana através de sucessivos planos de enquadramento visual que os espaços canais possibilitam, acentuando as massas percecionadas no fundo (efeito de proscénio). Os Eixos visuais exteriores são os seguintes:

- EN 114-4 (estrada de Arraiolos), com aproximação à cidade intramuros a noroeste;
- EN18 (estrada de Beja), com aproximação à cidade intramuros a nascente.

Os eixos visuais de proximidade:

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

- EV1 – Av. Lino de Carvalho – a vista abarca a Igreja e Colégio do Espírito Santo, o Palácio de S. Miguel, o Seminário Maior, a Torre do Sertório, a Sé, o Convento dos Loios, o Palácio Cadaval, o antigo Convento de Santa Mónica e a Igreja de S. Mamede;
- EV2 – Av. Condes de Vilalva (estrada de Arraiolos) - a vista abarca o Palácio Cadaval, a Torre do Sertório, a Sé, a Torre do Salvador e a Torre do Calvário;
- EV3 – Av. de S. Sebastião – Sequência de pontos de vista - a vista abarca a Sé a Torre do Salvador, a Igreja de Santa Clara e a Torre de Alconchel;
- EV4 – Estrada das Alcáçovas – a vista abarca a Torre do Sertório, a Sé-Catedral, a igreja de Santo Antão;
- EV5 – Av. dos Combatentes – a vista abarca a Sé e a igreja do Carmo;
- EV6 – Av. Germano Vidigal – a vista abarca parte da colina intramuros e a Sé Catedral;
- EV7 – Rua Bento de Jesus Caraça (Estrada do Redondo, na proximidade da Ecopista) – a vista da colina abarca a Sé-Catedral, a Igreja do Espírito Santo, a Torre do Sertório.

Eixos de contemplação (EC)

Os eixos de contemplação correspondem a percursos panorâmicos sobre a envolvente imediata e o enquadramento alargado da cidade, tendo um carácter dinâmico, permitindo a descoberta da paisagem urbana lateral ou parcialmente marginal ao eixo, com efeito cinético. Os eixos de contemplação são os seguintes:

- EC1 – Avenida Sofia de Malo Breyner – a vista abarca o coroamento monumental da cidade (palácio Cadaval, convento dos Loios, Sé, Paço de S. Miguel) e a igreja do Espírito Santo;
- EC2 – Avenida Sofia de Malo Breyner – a vista abarca a Igreja o Colégio do Espírito Santo, o Palácio de S. Miguel, o Seminário Maior, a Torre do Sertório, a Sé, o Convento dos Loios, o Palácio Cadaval, o antigo Convento de Santa Mónica e a Igreja de S. Mamede;
- EC3 – Entre o acesso ao Monte de Santo António e o Aqueduto – A vista abarca o Seminário Maior, a Igreja de S. Mamede, o Palácio de S. Miguel, a Torre do Sertório, o Palácio cadaval, a Sé-Catedral, o Convento Novo, a Torre do Salvador, as muralhas e Porta de Aviz, o Aqueduto e o Forte de Santo António;
- EC4 – Estrada de S. Bento troço junto à Quinta do Chantre e as Piscinas – A vista abarca o Palácio Cadaval, a Sé-Catedral, as igrejas de Santo Antão e da Graça e S. Francisco;
- EC5 – Grande Circular ao longo do viaduto sobre ferrovia – A vista abarca as igrejas de Santo Antão, S. Francisco, Graça e Carmo, a Sé-Catedral, a Igreja do Espírito Santo, o Quartel dos Dragões, o maciço verde da Mata e do Jardim Público e o Rossio;
- EC6 – Grande Circular junto à Quinta do Alcaide – A vista abarca as igrejas de Santo Antão, S. Francisco, Graça e Carmo, a Sé-Catedral, o Quartel dos Dragões, as igrejas do Espírito Santo e do Sr. da Pobreza e o maciço verde junto ao limite;
- EC7 – Variante EN18 (junto ao MARE) – A vista abarca as igrejas de S. Francisco, Santo Antão, Espírito Santo, o Quartel dos Dragões, o Palácio de S. Miguel, as igrejas do Sr. Jesus da Pobreza e da Graça;
- EC8 – avenida Embraer – a vista abarca o conjunto da cidade, a sul e o Alto S. Bento.

Pontos de vista panorâmicos (PP)

Estes pontos abarcam vistas panorâmicas sobre a paisagem urbana e o termo da cidade, a paisagem rural envolvente, e incluem:

- Forte de Santo António,
- Alto de S. Bento,
- Monte Redondo e Torrão,
- Alto dos Cucos.

Os pontos de vista do CHE para o exterior são os seguintes:

- Jardim de Diana,
- Rua Duques do Cadaval,
- Rampa de S. Miguel,
- Largo do Colégio do Espírito Santo,
- Baluarte da Porta de Machede,
- Baluarte do Porta do Raimundo.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

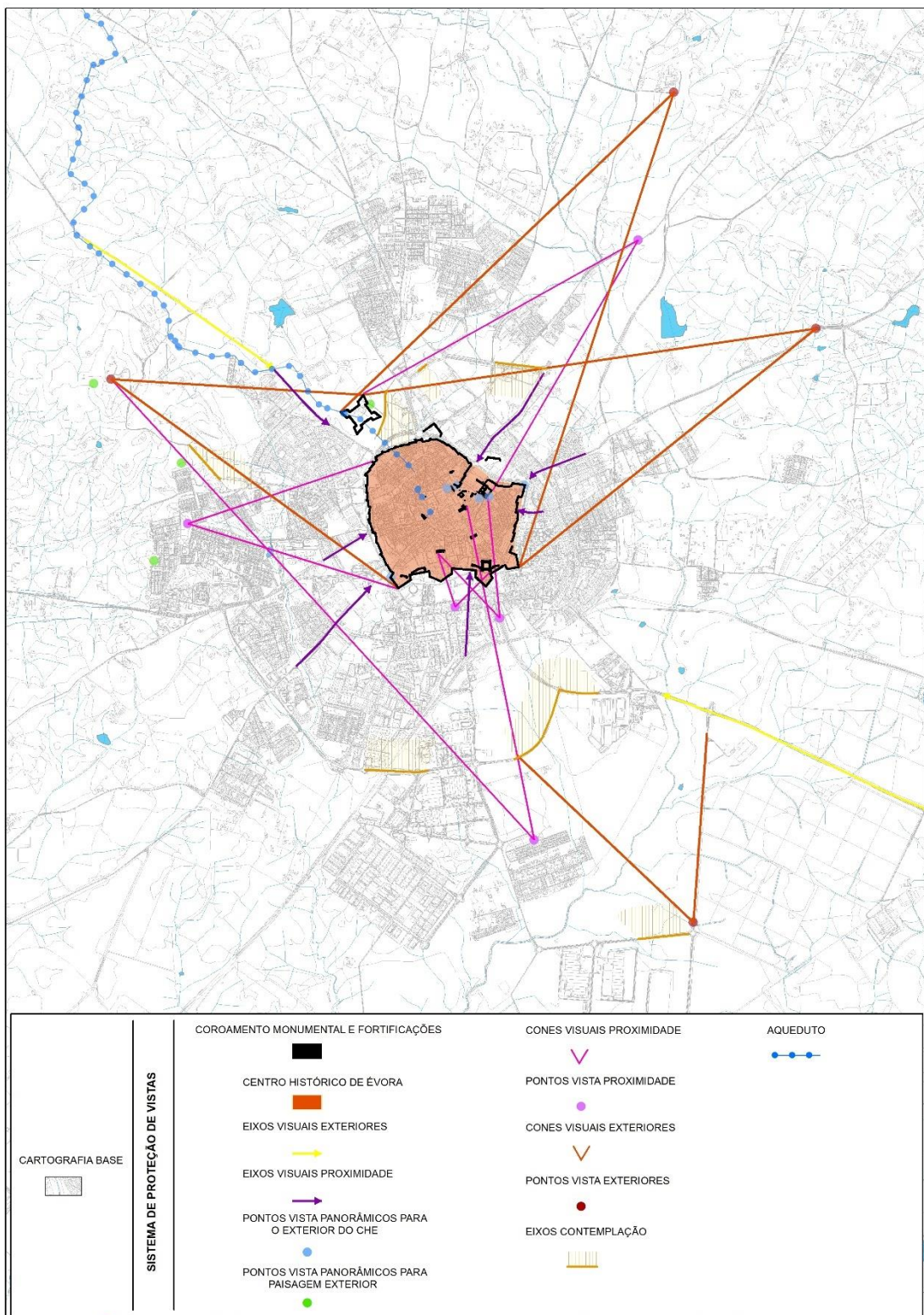


Figura 18 – Sistema de proteção de vistas

6. Paisagem histórica urbana de Évora

Considera-se paisagem urbana histórica a área que resulta de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais que transcende a noção de ‘centro histórico’ ou de ‘conjunto’, incluindo um enquadramento urbano e geográfico mais vasto. Este contexto mais abrangente inclui nomeadamente a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do sítio, assim como os elementos construídos, tanto históricos como contemporâneos, as infra-estruturas existentes à superfície ou subterrâneas, os espaços abertos e os jardins, os padrões de uso do solo e de organização espacial, os sistemas de vistas e todos os outros elementos que fazem parte dessa mesma estrutura urbana. Incluem-se também as práticas e os valores sociais e culturais, os processos e os aspectos imateriais do património associados à diversidade e à identidade.

UNESCO (2011) Recomendação sobre as Paisagens Urbanas Históricas, 1. Definições.

Na aproximação à caracterização da paisagem histórica urbana de Évora (PHUE), o conceito base, holístico, abrangente, implica que sejam considerados o relevo e a hidrologia, o cadastro da propriedade, o património edificado, as áreas de interesse paisagístico e o sistema de proteção de vistas. Este conceito implica considerar em paralelo a estrutura e a forma urbana, assim como a caracterização biofísica, os uso e ocupação do solo, as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, e a edificação dispersa. Ou seja, informação constante de outros relatórios do plano.

Na PHUE, destaca-se a articulação espacial e visual entre o sítio e o património paisagístico e urbanístico, designadamente entre a cidade intramuros e o antigo termo da cidade, os espaços rurais e periurbanos, destacando-se os grandes conjuntos de valor patrimonial, incluindo áreas de interesse paisagístico localizadas a norte e a poente da cidade – a chamada paisagem patrimonial e monumental e a zona da Quinta e Convento do Espinheiro e envolvente. Estas áreas associam monumentos, espaços agrícolas com valor cultural, percursos antigos e o sistema de proteção de vistas. A forte relação visual da cidade intramuros com o Alto de S. Bento e a “grande cumeada” a nascente confere à paisagem urbana um carácter particular, com bacias visuais bem definidas a norte, nascente e poente.

Na cidade extramuros e no seu termo, merecem referência grandes monumentos (S. Bento de Castris, Cartuxa, Forte de Santo António e Espinheiro) e os conjuntos de interesse urbanístico (Zona de Urbanização N.º 1 e Malagueira). Foram também considerados elementos marcantes da paisagem urbana, os *landmarks* (Fabrica dos Leões e antigos Silos da EPAC¹⁷). No antigo termo da cidade destaca-se a pequena e média propriedade a norte e as colinas do Alto de S. Bento a poente, que integraram a antiga cintura e quintas documentadas desde o século XVI. No sistema de proteção de vistas o “coroamento monumental” assume grande impacto na paisagem urbana de Évora, que abrange um conjunto de vistas de e para o conjunto intramuros.

¹⁷ A antiga Fábrica da Bolota constitui igualmente um elemento marcante da paisagem urbana, mas já foi parcialmente destruída e não foi considerada como elemento de valor patrimonial em sede de Inventário.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Como última nota, devemos referir que os princípios da paisagem histórica urbana são transversais à proposta de plano, designadamente no zonamento do solo rustico, que respeita as unidades de paisagem (ver relatório de caracterização 3 – Estrutura fundamental da paisagem), e no zonamento do solo urbano que tem como base as unidades morfotipológicas e respeita as preexistências.

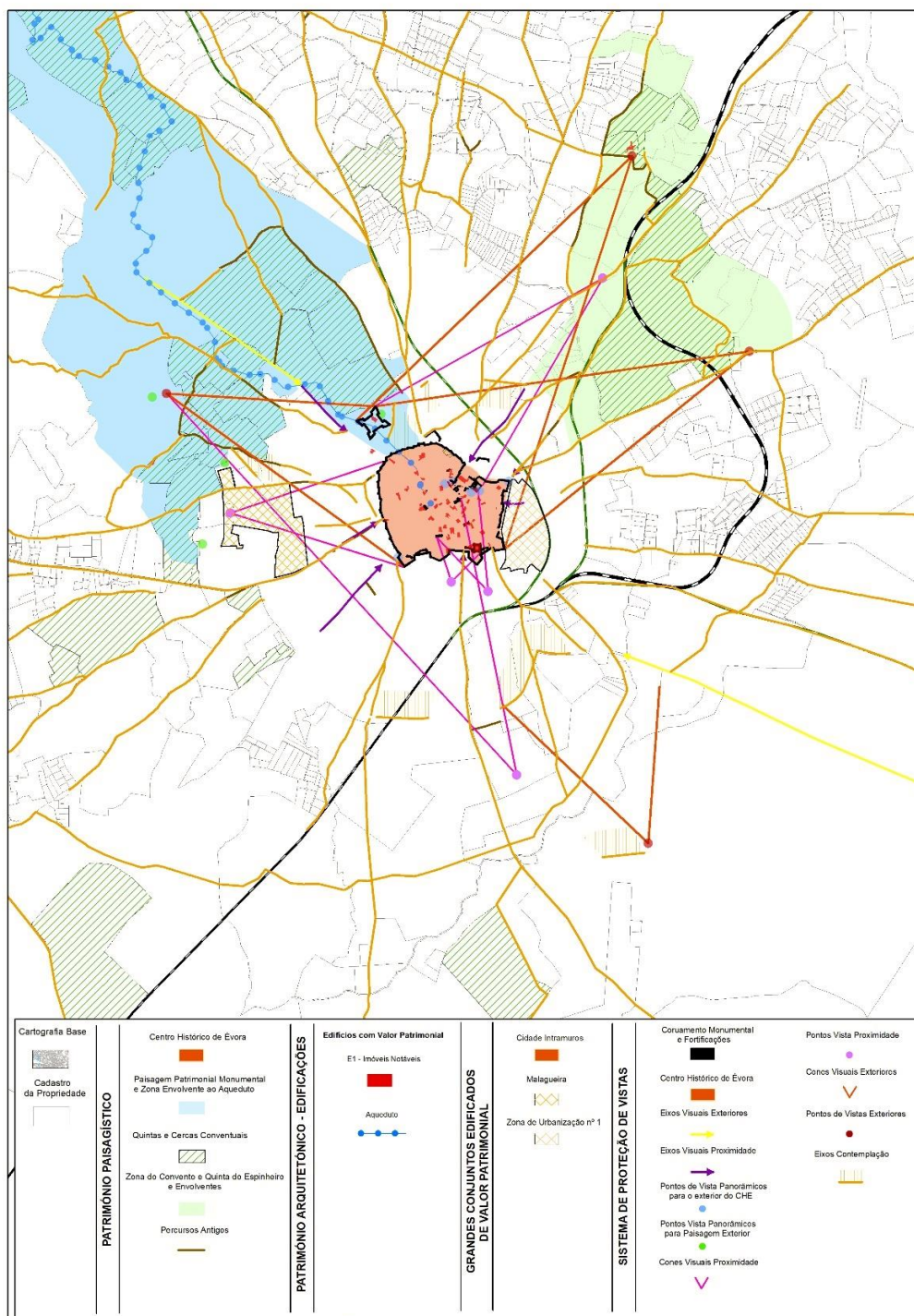


Figura 19 - Representação esquemática da paisagem urbana histórica de Évora

7. Diagnóstico

7.1 O território e os valores patrimoniais

Na área de intervenção do plano estão identificados no inventário do património 861 elementos de valor patrimonial¹⁸. No universo do património edificado existem 52 elementos patrimoniais classificados (MN, IIP e MIP), 408 elementos de património arquitetónico identificados (EVM, EVP, EEI), 145 áreas de sensibilidade arqueológica e 80 elementos pontuais. No universo do património paisagístico estão contabilizados 52 espaços verdes com valor patrimonial. O património imaterial e memorial compreende 19 elementos de valor patrimonial.

O Centro Histórico de Évora, conjunto classificado património cultural da humanidade, assume uma relevância incontornável, devido à riqueza e heterogeneidade do seu tecido edificado. Este assenta na conjugação do valor monumental, do valor patrimonial, da presença de elementos de interesse, do valor de conjunto, seja de interesse arquitetónico ou de arquitetura de acompanhamento, dos elementos pontuais e das áreas de sensibilidade arqueológica. Estão contabilizados 466 elementos de valor patrimonial na cidade intramuros, o que corresponde a mais de metade do total.

Na cidade extramuros destacam-se os conjuntos de interesse urbanístico e de interesse arquitetónico do século XX, assim como algumas áreas agrícolas de valor cultural, algumas das quais muito alteradas. O sistema de proteção de vistas é marcante no espaço urbano, subsistindo igualmente alguns percursos antigos.

No solo rustico envolvente à cidade identificam-se diversos valores arqueológicos (217), algumas edificações com elementos de interesse (31), espaços agrícolas de valor cultural (37) e percursos antigos, parte dos quais murados, as azinhagas, confinantes com antigas quintas. O sistema de proteção de vistas é igualmente marcante. Destacam-se os grandes conjuntos com interesse paisagístico – Paisagem Patrimonial e Monumental e Zona Envolvente ao Aqueduto e Zona do Convento e Quinta do Espinheiro e Envolvente.

A paisagem histórica urbana de Évora associa os valores patrimoniais identificados na cidade e na envolvente, destacando-se os grandes conjuntos de valor patrimonial, espaços abertos de valor cultural, o sistema de proteção de vistas e os principais monumentos.

Proteção, afetação e estado de conservação

Existem diversos imóveis classificados e as categorias de proteção refletem a diversidade de valores patrimoniais em presença, designadamente do património edificado. O grau de proteção de interesse municipal (IM) abrange poucos elementos.

¹⁸ Esta contabilização é provisória e decorre da existência de elementos de valor patrimonial que considerados em diferentes categorias. Paralelamente, não foram ainda considerados os conjuntos arquitetónicos da cidade intramuros e extramuros.

Os elementos de valor patrimonial apresentam diversos usos, públicos ou privados, tais como equipamentos coletivos, administração pública, unidades hoteleiras, uso residencial ou utilizações mistas. Verificam-se dificuldades de acesso e de visita, assim como a afetação a usos que não fomentam a apropriação coletiva.

Alguns monumentos e edificações de valor patrimonial encontram-se em mau estado de conservação e em risco. Estão nessa condição um grupo de imóveis classificados (MN) e alguns grandes edifícios não classificados, como antigos conventos e quartéis e a subutilização de alguns imóveis constitui um fator adicional de risco. Algumas áreas agrícolas com valor cultural (antigas quintas de recreio ou produção) encontram-se igualmente em mau estado de conservação e em risco, ou estão subutilizadas ou alteradas.

7.2 Insuficiências persistentes

O património existente em Évora, quer o nosso olhar se detenha no perímetro do plano de urbanização ou abarque a globalidade do território municipal, para além de muito numeroso, apresenta grande diversidade, pelo que a sua proteção é desafiante. Efetivamente, persistem insuficiências na sua proteção e riscos sobre os quais importa refletir. Desse ponto de vista, não obstante outros que venham a ser acrescentados, destacamos os seguintes:

- Existência de elementos de valor patrimonial descritos em inventários temáticos que não estão identificados em sede de PMOT. Neste particular, são ainda insatisfatórios tanto o nível de conhecimento como o de inventariação;
- Proteção insuficiente e ausência de proteção legal de alguns elementos, sendo notórias, nalguns casos, a ineficácia dos mecanismos de proteção e a dificuldade na sua implementação;
- Mau estado de conservação de alguns elementos de valor patrimonial, alguns dos quais se encontram em risco;
- Desadequação de algumas intervenções em edifícios ao nível da compatibilidade dos materiais e das técnicas construtivas;
- Existência de edifícios e espaços abertos subutilizados ou com utilização desadequada, remetidos para um papel secundário na vida contemporânea;
- Património em espaço rural em risco devido ao abandono e a práticas agrícolas intensivas e intrusivas;
- Dificuldade de acesso e vista - o acesso a muitos monumentos, em solo rustico, está cada vez mais condicionado pela tendência de encerrar as propriedades e trancar os caminhos antigos¹⁹.
- Ausência de uma estratégia de gestão assente, primariamente, em medidas de monitorização e manutenção ou conservação corrente e, secundariamente, na capacidade de promover intervenções de urgência. Ao anterior, acresce a afetação insuficiente de recursos (humanos, técnicos e financeiros).

¹⁹ É um problema grave por, pelo menos, duas razões. Desde logo levanta grandes dificuldades, nalguns casos impossibilita, o acompanhamento direcionado à monitorização dos monumentos. Por outro lado, coloca em causa qualquer estratégia de carácter lúdico / turístico que se pretenda estabelecer.

7.3 Potencialidades

No decurso da análise crítica que foi sendo realizada, sobressaíram também algumas potencialidades quer globalmente, quer ao nível das unidades territoriais. Fundamentalmente, tratam-se de oportunidades potenciais, cuja natureza é variada, que requerem ponderação adicional, previamente à fase de proposta. Genericamente, identificamos as seguintes potencialidades:

- Relevância e diversidade dos valores patrimoniais existentes, em meio urbano e rural;
- Potenciar o grau de conhecimento existente e aprimorar as suas lacunas;
- Subocupação de alguns imóveis de propriedade pública ou instrucional;
- Elementos associados entre si, agrupados em conjuntos ou espacialmente articulados.

Especificamente, consideramos as seguintes potencialidades:

- Coordenação de ações em grandes conjuntos ou áreas de interesse paisagístico, associando percursos antigos, sistema de proteção de vistas, monumentos, valores arqueológicos, património imaterial e memorial, quer em solo rustico, quer na cidade extramuros;
- O sistema de inventário existente pode ser aprofundado e articulado com mecanismos de monitorização (eventualmente associado ao SIPA) no sentido de inventariar e divulgar o património concelhio e promover a classificação dos monumentos mais singulares ou em risco (como CIM, IM, MIM ou SIM);
- Colaboração com outras entidades através de parcerias, designadamente com a DRCA relativamente a estas matérias;
- Na cidade intramuros diversos monumentos e grandes edifícios apresentam potencial para reutilização, diversas edificações admitem reabilitação e muitos imóveis vagos poderão ser ocupados;
- Na Paisagem Patrimonial e Monumental diversos espaços e monumentos subutilizados podem ser valorizados e alvo de ações coordenadas, o percurso do Aqueduto pode ser requalificado e o Alto de S. Bento pode ser articulado com a sua envolvente rural e o CHE;
- O património em espaço rural pode ser associado a percursos ambientais e as áreas agrícolas de valor cultural (quinta antigas) subutilizadas podem ser valorizadas como espaços de produção agrícola, espaços de recreio e lazer, ou unidades de equipamento ou de turismo em espaço rural.

7.4 Desafios para o planeamento:

Os desafios para o planeamento baseiam-se no cruzamento das insuficiências persistentes apuradas, com as potencialidades identificadas. Um e outras constituem a base a partir do qual será definido o conjunto de linhas guia ou princípios globais de atuação, naturalmente acompanhado da respetiva fundamentação, a implementar. Neste particular, os objetivos deverão passar por:

- Proteção e salvaguarda dos elementos de valor patrimonial identificados através de categorias e normas adequadas à natureza de cada elemento;

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

- Aprofundar o conhecimento existente sobre os elementos de valor patrimonial e complementar os processos de inventariação e monitorização;
- Definir prioridades e iniciar processos de classificação de sítios de Interesse, considerando que a classificação trará benefícios e tenderá a facilitar a execução de ações de conservação e restauro;
- Enquadrar as boas práticas de gestão e de conservação:
 - o Definir utilizações adequadas e que viabilizem a visita e apropriação por parte da população, designadamente dos monumentos e principais sítios arqueológicos;
 - o Valorizar o enquadramento dos elementos de valor patrimonial, designadamente dos monumentos, programando ocupações adequadas na sua envolvente;
 - o Programar ações de conservação preventiva e curativa e elaborar projetos e trabalhos de conservação e restauro dos bens em risco.
- Gestão e valorização de grandes conjuntos de interesse histórico e urbanístico e paisagístico, através de regulamentação e de programa específicos:
 - o Conservação integrada do CHE e manutenção da sua centralidade funcional e simbólica, associando políticas de conservação e reabilitação urbana na cidade intramuros, requalificação de espaços públicos e das infraestruturas;
 - o Reutilização de diversos monumentos e grandes edifícios, como equipamentos coletivos, administração pública ou unidades hoteleiras;
 - o Conservação e reabilitação de edificações com elementos de interesse ou de edifícios correntes e ocupação de imóveis vagos;
 - o Valorização e reabilitação de conjuntos arquitetónicos através de ações coordenadas;
 - o Valorização e reabilitação do Bairro da Malagueira.
- Valorizar e proteger o património em solo rustico, associando os elementos de valor patrimonial a ações de valorização ambiental, implementando ações complementares, como a recuperação de linhas de água;
- Associar conjuntos e percursos interpretativos, promover o acesso e divulgação dos valores patrimoniais e implementar sistema de interpretação;
- Enquadrar a recuperação, a utilização adequada e a fruição das áreas agrícolas com valor cultural, nas suas valências ecológicas, ambientais e culturais;
- Sensibilizar os proprietários no sentido de minorar as insuficiências e riscos definidos anteriormente, bem como outros que possam surgir;
- Estabelecer, ou implementar com maior frequência, medidas de discriminação positiva para os proprietários que se enquadrem nas estratégias de defesa, proteção e divulgação do património a desenvolver (benefícios fiscais e financiamento).

7.5 Conjuntos e elementos que carecem de intervenções especiais

Às considerações de caráter mais genérico sucedem-se as de natureza estratégica e mais direcionada às especificidades de um determinado sítio, elemento, ou conjunto patrimonial.

Cidade intramuros:

- Implementação de estratégia de conservação integrada que associe a conservação e a reabilitação do edificado e a revitalização funcional (usos ou atividades), abrangendo a requalificação dos espaços abertos, infraestruturas e sistema mobilidade;
- Desenvolver ações para a conservação e restauro dos elementos patrimoniais em risco e promover a reutilização de grandes edifícios subutilizados (como exemplo, pode-se destacar o Quartel dos Dragões, com proposta de valorização e ocupação qualificada);
- Promover a reabilitação dos edifícios com elementos de interesse e dos edifícios correntes, que respeitem metodologias e boas práticas;
- Desenvolver ações coordenadas de reabilitação e restauro urbano, que abranjam conjuntos arquitetónicos (tendo como objeto as fachadas) ou pormenores decorativos e estruturais de valor (tendo como objeto os edifícios).

Sistema defensivo/muralhas

- Implementar programa de conservação e valorização das muralhas e do sistema fortificado de Évora, incluindo a execução das intervenções prioritárias de conservação e de consolidação estrutural;
- Valorizar as muralhas e o sistema fortificado, requalificando o seu enquadramento e promovendo a ocupação adequada da sua envolvente, incluindo dos espaços públicos;
- Desenvolver um sistema interpretativo e o acesso a torres e adarves.

Conjunto de interesse urbanístico da Malagueira

- Valorizar, reabilitar e requalificar o bairro, concluindo a execução do plano-projeto;
- Elaborar plano de gestão e regularizar o processo de urbanização (através de loteamento ou plano de pormenor).

Sítio do Alto de S. Bento

Sítio com valor cultural, paisagístico e geológico, integrado na Paisagem Patrimonial Monumental que tem acolhido programa de interpretação e de educação ambiental, tendo sido recuperados os moinhos, propondo-se:

- A requalificação e a valorização do sítio, a recuperação dos edifícios em ruínas, assim como melhoria das condições de acesso e de acolhimento de iniciativas de educação ambiental;
- Promoção da articulação com a envolvente, com os conjuntos de interesse paisagístico e percursos do Aqueduto da Água da Prata e com outros programas em desenvolvimento (S. Bento de Cástris e aqueduto);
- A complementaridade e a articulação entre CHE e Alto de São Bento, com respetiva envolvente.

Aqueduto da Água da Prata e Paisagem Patrimonial e Ambiental

- Implementar programa de gestão e de conservação, valorizando os troços quinhentistas e “arcaria monumental”, executando intervenções nos troços em risco e requalificado o sistema de abastecimento de água;
- Acautelar usos e ocupações na sua envolvente e valorizar o seu enquadramento;
- Requalificar o percurso ambiental, articulando-o com a promoção da fruição do património paisagístico e ambiental, incluindo os espaços agrícolas de valor cultural (quintas antigas);
- Associar a Paisagem Patrimonial e Monumental a zona do Louredo;
- Preservar a Fonte do Arcediago.

Ecopista

- Requalificar o percurso ambiental, articulando-o com a promoção da fruição do património paisagístico e ambiental, criando ligações à Anta da Oliveira²⁰ (estrutura megalítica colapsada que deve ser recuperada e valorizada) e ao Solar da Oliveira, cabeça do antigo Morgado da Oliveira, estrutura privada direcionada à produção vinícola e ao enoturismo.

Rio Xarrama

- Estabelecer um percurso ambiental, a sul da cidade e ao longo do rio, que articule a fruição do património paisagístico e ambiental com a vertente patrimonial da envolvente. Neste particular, destacam-se a Ponte Romana do Xarrama e o conjunto megalítico da Herdade da Chaminé.

Sistema de interpretação

- A referência ao Sistema de Interpretação surge no contexto da valorização do conjunto dos elementos enunciados por via de uma estratégia de comunicação, divulgação e interpretação de um conjunto patrimonial que é vasto e diversificado. Neste sentido, é de considerar a implementação de uma rede de núcleos museológicos ou, eventualmente, um museu municipal polinucleado.

7.6 Percursos patrimoniais correntemente em análise

A componente dos percursos patrimoniais a potenciar acaba por ser consequência da riqueza e diversidade tanto do património edificado como do natural, existente no espaço rural. O cruzamento destas duas vertentes tem grande potencial de viabilidade em diversos locais da área abrangida pela revisão do PUÉ. De realçar que esse potencial subsiste ao nível do PDM e até para além dele, não sendo de descartar as interações de carácter intermunicipal, como, por exemplo, a Ecopista ou, caso se considere uma faixa mais ampla da região, a Grande Rota do Montado. De referir que este ponto decorre do anterior (5.), diferenciando-se dele pela inclusão da componente de trabalho de campo, ainda que insuficientemente desenvolvida. Na sua essência, destina-se a fazer um ponto de situação quanto ao potencial dos percursos patrimoniais que se encontram, atualmente, em processo de estudo / testagem para eventual implementação.

²⁰ A Anta da Oliveira está localizada fora do perímetro da revisão do plano, contudo a ligação ao percurso da Ecopista é óbvia e deve ser valorizada.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Antes de se proceder à listagem dos sítios, convém mencionar o facto de que, em determinadas circunstâncias, as ações indicadas apenas se justificam no cenário da associação do elemento patrimonial a um percurso. Não sendo esse o caso e desde que estejam garantidas as condições de estabilidade estrutural, é de assinalar que, numa percentagem significativa das situações, a preservação é melhor atingida mantendo as condições existentes.

Por outro lado, sempre que exista um quadro de degradação acentuada ou pior, a intervenção constitui-se como uma necessidade incontornável. Nestas situações, importa estabelecer medidas de contenção e, paralelamente, dar início ao planeamento com vista à recuperação.

De referir que os estados de conservação e as necessidades de intervenção nos sítios são, neste momento, estimadas. Dados mais sustentados estão dependentes do decorrer do trabalho de campo, entretanto iniciado. Por fim, assumindo um cenário de associação dos bens patrimoniais a percursos de carácter lúdico / ambiental, haverá que garantir periodicidade na manutenção, tanto dos sítios como das respetivas envolventes. Do levantamento em gabinete, avançamos, desde já, para os seguintes:

Percurso do Aqueduto:

- o Fonte do Arcediago: este é um caso excepcional, uma vez que a associação que se pretende sugerir já existe. Contudo, o extremo mau estado de conservação, não sendo exagerado considerar este elemento como estando à beira da ruína, remete para a planificação de uma intervenção a todos os níveis urgente, pelo que esta reflexão é fundamental. Se não for possível ir mais além, esta deverá garantir, como mínimo absoluto, a estabilização da estrutura.

Percurso do Xarrama, inclui:

- o Ponte Romana do Xarrama (Barbarrala): em termos de intervenção, este sítio requer uma urgente ação de limpeza da vegetação que o envolve e também uma intervenção de fundo com vista à consolidação da estrutura;
- o Conjunto megalítico da Herdade da Chaminé: requer, no mínimo, ações de limpeza e conservação;

Caminho da Missa:

- o Na sequência de trabalho de campo, foi possível verificar que o Caminho da Missa permanece viável. Também se apurou que alguns dos troços necessitam de ações de manutenção / correção / melhoria da informação direcional e de contexto.
- o Antas do Paço das Vinhas - estima-se que esteja em estado razoável de conservação. Uma visita de monitorização permitirá, com maior rigor, realizar o levantamento de necessidades e aferir o potencial de associação ao Caminho da Missa, estabelecendo um ponto adicional de interesse.

Ecopista:

- o Anta da Herdade da Oliveira: este monumento encontra-se colapsado nas imediações da Ecopista. Pelo interesse patrimonial indiscutível, pelo impacto mediático de uma eventual intervenção, com relativo pouco investimento, e pelo indiscutível enriquecimento do percurso, fará todo o sentido apurar o potencial de escavação / recuperação do monumento (está fora da área de intervenção do plano, mas esta reflexão justifica-se).

Referências bibliográficas

- Barranha, Helena [org.] (2016) – Património cultural: conceitos e critérios fundamentais. Primeira edição: IST Press e ICOMOS-Portugal. Lisboa. ISBN: 978-989-8481-51-1.
- Beirante, Maria Ângela (2008) – O ar da cidade. Ensaios de história medieval e moderna. Colibri.
- Branco, Fernando Correia (2013) – Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos *Majus* (entre Tejo e Mondego).
- Calado, Manuel (2003) – Património Arqueológico de Évora. Memória Descritiva no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Évora.
- Daveau, Suzanne (1995). Portugal Geográfico.
- Espanca, Túlio (1966) – Inventário artístico de Portugal: Concelho de Évora. Academia Nacional de Belas Artes. Volume I.
- Borges, Ana Maria de Mira (1988) – Évora: da reconquista ao século XVI – alguns aspectos de desenvolvimento urbano e arquitectura. Trabalho de síntese destinado às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de História e Arqueologia, Universidade de Évora.
- Miranda, Eduardo e Santos, João (2021) – Carta de Valores Patrimoniais do Centro Histórico de Évora. Relatório interna. Câmara Municipal de Évora.
- Rodrigues, Paulo Simões (2008) – A Apologia da Cidade Antiga. A formação da identidade de Évora (sécs. XVI-XIX). Tese de Doutoramento em História da Arte, apresentada d Universidade de Évora, sob a orientação da Prof.a Doutora Raquel Henriques da Silva, Professora Auxiliar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, José Rui (2020) – Yábura e o seu território – Uma análise histórico-arqueológica de Évora entre os séculos VIII-XII. A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara municipal de Évora, III Série, N.º 3. 2020.
- Simplício, Maria Domingas (2003) – Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval.
- Simplício, Maria Domingas (2006) — Évora: Algumas Etapas Fundamentais na Evolução da Cidade até ao Século XVI.
- Maria Domingas Simplício (2017) – Estrutura urbana de Évora: um percurso pelo Centro Histórico.
- Val-Flores, Gustavo e Santos, João (2006) – Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico de Évora. Relatório interno. Câmara Municipal de Évora.
- Vilar, Hermínia Vasconcelos; Fernandes, Hermenegildo (2007) – O urbanismo de Évora no período medieval. In: Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos vol. 26, p. 6-15.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

Em linha:

Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA) – Núcleo Urbano da Cidade de Évora / Centro Histórico de Évora / Núcleo Intramuros de Évora. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=64

Anexo I – Carta de Risco do Património edificado

Carta de Risco - Imóveis Classificados (do Estado, afetos à DRCALEN e de alguns Particulares)

Nº Inv.	Designação	Propriedade com thesaurus corrigido	Entidade	Utilizador-Posse-Uso	Categ. Protecção						Observações
						1	2	3	4	s/c	
2730	Igreja de Santo Antão	Estado - Administração Central - Domínio Privado	DGTF		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público		X				Necessita intervenções pontuais nas coberturas e intervenções nos revestimentos e sistema elétrico do interior
2747	A parte dos prédios militares n.os 14 e 15 de Évora, que constam dos trechos mais típicos e interessantes das antigas muralhas da cidade, incluindo as portas extremas desse troço de muralhas, a Porta da Alagoa e a do Raimundo (anteriores a D. João IV)	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF		Classificado como MN - Monumento Nacional			X			Prioritárias intervenções nas portas (ex: Porta de Alconchel) e torres e alguns troços onde a muralha confina com habitações
71912	Convento de Santa Clara de Évora	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF		Classificado como MN - Monumento Nacional				X		
2715	Convento do Monte Calvário	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF	Subocupado	Classificado como MN - Monumento Nacional				X		cobertura sistema elétrico alvenaria

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

1208	Frontaria da Igreja da Graça	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF	Messe de Oficiais do Exército	Classificado como MN - Monumento Nacional				X	Muito urgente em grande risco
2726	Igreja das Mercês	Estado - Administração Central - Domínio Privado	DGTF		Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público				X	Processo a correr em Tribunal por afectação estrutural no seguimento de obras de hotel contíguo ao monumento
2740	Casa e Ruínas Romanas da Rua de Burgos	Estado - Administração Central - Domínio Privado			Classificado como MN - Monumento Nacional		X			
2748	Sé de Évora	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF	Igreja Católica	Classificado como MN - Monumento Nacional				X	MUITO URGENTE em risco o zimbório
2749	Templo Romano de Évora	Estado-Administração Central -Domínio Público			Classificado como MN - Monumento Nacional		X			
2714	Mosteiro de São Bento de Cástris	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF	Direção Regional de Cultura do Alentejo / Município de Évora	Classificado como MN - Monumento Nacional			X		Intervenções na ala norte e cerca medieval e moderna (40 há).

Carta de Risco - Imóveis Classificados (do Estado, afetos à DRCALEN e de alguns Particulares)

Nº Inv.	Designação	Propriedade com thesaurus corrigido	Entidade	Utilizador- Posse	Uso	Ocupação do Edifício	Categ. Protecção					Observações	Notas
								1	2	3	4		
	Torres da Cerca Velha, Torre de Sisebuto e Torre das Cinco Quinas	Estado; Privada	DGTF; Duques de Cadaval	Galeria de Arte / Restaurante	Galeria de Arte / Restaurante	Galeria de Arte / Restaurante	Classificado como MN - Monumento Nacional			X		Sujidade e fissuração. Necessidade de verificação da estabilidade estrutural.	
	Aqueduto da Água de Prata	Publica: Municipal	Município de Évora	Município de Évora	Infraestrutura	Infraestrutura de abastecimento de água	Classificado como MN - Monumento Nacional			X		Fissuração e fragilidade estrutural pontual; sujidade e colonização biológica; intervenções parciais são urgentes	Foi realizado diagnóstico e programa de conservação
208 (PUÉ, 2011)	Ermida de São Sebastião. Avenida de S. Sebastião	Pública: municipal	Município de Évora	Igreja Ortodoxa	Religioso	Igreja Ortodoxa	Classificado como E1 (PUE, 2011)				X	Danos graves na cobertura com zonas de infiltração, presença de vegetação, e alguns danos na estrutura do edifício causados por má utilização do espaço.	Ponderar este imóvel para classificação como de "Interesse Municipal" (IM)
209 (PUÉ, 2011)	Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Remédios. Avenida de S. Sebastião	Pública: municipal	Município de Évora	Divisão de Cultura e Património / EBORAE Música	Expositivo / Educativo	Serviço público; gabinetes, exposições / Escola	Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público			X	X	Patologias ao nível da cobertura do convento e, possivelmente, da igreja. Na igreja, é de assinalar o elevado grau de fragilidade do altar-mor e a necessidade de trabalhos de conservação um pouco por toda a estrutura.	

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

						de Música								
	Muralhas de Évora (cerca nova e baluartes seiscentistas)	Estado - Administração Central - Domínio Público	DGTF											
												Fratcturas, fissuras e lacunas nas juntas do aparelho de pedra; riscos ao nível da estabilidade estrutural em alguns troços e torres, assim como deficiente consolidação de capeamentos; sujidade e colonização vegetal.		
32 (PUÉ, 2011)	Casa Nobre da Rua Vasco da Gama n. 4-6-8, Palácio do Arcebispo de Braga Azevedo e Moura	Privada: pessoas singulares (fracção A e B) / Privada: Associação (fracção C, D e E)		Clube de Pesca; Circulo Eborense	Residencial: casa / Desportiva: associação desportiva / Cultural e recreativa: associação cultural e recreativa								Foram realizadas obras de reabilitação da cobertura.	
78 (PUÉ, 2011)	Ermida de Nossa Senhora da Cabeça. Rua Mendo Estevens	Privada: Igreja Católica	Diocese de Évora		Funerária: capela funerária	Sim							Necessidade de trabalhos de conservação geral e restauro das superfícies de azulejo.	Ponderar este imóvel para classificação como de "Interesse Municipal" (IM)
18 (PUÉ)	Antigo Colégio de São Paulo.	Pública: estatal	Estado Portugêses	Serviço de Finanças de Évora	Repartição de Finanças	Sim							Necessidade de restauro das superfícies cromáticas /	

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

	Praça do Sertório n.º 15-17											frescos das abóbadas e cantarias	
42 (PUÉ, 2011)	Palácio Vimioso / Palácio Soares. Largo Marquês de Marialva	Pública: Estatal de administração indirecta	Estado Portugêses	Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA)	Educativa	Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) Universidade de Évora	Classificado como E1 (PUE, 2011)		X				
Não listado	Capela de São Manços (parte integrante de torre da Carca Velha e Casa Soure). Rua de S. Manços n.º 20	Privada: Casa de Hóspedes	Casa Soure Suites and Apartments	Casa Soure Suites and Apartments	Hotelaria	Casa de Hóspedes	Sem classificação		X			Necessidade de restauro dos frescos.	O edifício foi reabilitado para turismo de habitação.
163 (PUÉ, 2011)	Casa Nobre da Rua de Aviz n. 41-45	Privada: pessoa singular			Subocupado / Sem ocupação	Subocupado / Sem ocupação	Classificado como E1 (PUE, 2011)				X	Parcialmente devoluta e com deficiências estruturais. Alvo de intervenções incorretas e escoramento efetuado no interior.	Projecto de reabilitação aprovado
47 (PUÉ, 2011)	Igreja de São Vicente. Largo de S. Vicente	Estado - Administração Local	Câmara Municipal de Évora	Câmara Municipal de Évora	Núcleo Expositivo	Galeria de Arte / Espaço de	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público			X		Necessita de trabalhos gerais de conservação e reabilitação	

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

						Exposições							
169 (PUÉ, 2011)	Igreja de São José da Esperança (Convento Novo). Largo de Aviz	Estado - Administração Central - Domínio Público / Privada: Igreja Católica (Diocese de Évora)	Fábrica da igreja de S. Mamede		Subocupado	Subocupado	Classificado como E1 (PUE, 2011)			X		Necessidade de reabilitação e restauro da abóbada em fresco.	Ponderar este imóvel para classificação como de "Interesse Municipal" (IM)
179 (PUÉ, 2011)	Igreja de São Mamede. Largo Evaristo Cutileiro	Privada: Igreja Católica	Diocese de Évora	Paróquia de São Mamede	Igreja	Igreja	Classificado como E1 (PUE, 2011)		X			Obras na cobertura em 2018	Obras na cobertura executadas em 2018. Ponderar este imóvel para classificação como de "Interesse Municipal" (IM)
14 (PUÉ, 2011)	Igreja de São Tiago. Largo Alexandre Herculano	Privada: Igreja Católica (Diocese de Évora)	Diocese de Évora		Funerária: capela funerária / Cultural e recreativa: monumento	Com ocupação	Classificado como E1 (PUE, 2011)				X	Necessidade de trabalhos de conservação geral e de reabilitação e restauro da abóbada em fresco.	Ponderar este imóvel para classificação como de "Interesse Municipal" (IM)
92 (PUÉ, 2011)	Igreja e Convento do Carmo de Évora. Rua D. Augusto Eduardo Nunes	Privada: Igreja Católica (Diocese de Évora)	Diocese de Évora		Igreja	Igreja com ocupação / sem informação para a	Classificado como E1 (PUE, 2011)		X			Necessidade de trabalhos de conservação geral / reabilitação.	Igreja com obras de conservação em 2022; projeto de reabilitação do convento aprovado

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. História e Património

						parte conventual							(unidade hoteleira). Ponderar este imóvel para classificação como de "Interesse Municipal" (IM)
126 (PUÉ, 2011)	Antiga Pousada Real dos Estaús. Praça do Giraldo n.º 64-73	Privada		Diversos; Divisão em propriedade horizontal; Sociedade Harmonia Eborense	Diversos; Sociedade Recreativa	Diversos; Sociedade Harmonia Eborense	Classificado como E2 (PUÉ, 2011)		X			Necessidade de monitorizar estabilidade estrutural.	Obras na cobertura da SHE (parcial)
55 (PUÉ, 2011)	Casa Nobre da Rua Miguel Bombarda n. 67-73 e Largo da Porta de Moura n.º1-4	Privada					Classificado como E2 (PUÉ, 2011)		X			Necessidade de trabalhos de conservação geral, reabilitação e restauro;	Parcialmente reabilitado, com obras cobertura e fachada
44 (PUÉ, 2011)	Antiga Casa de Salema. Pátio do Salema n.º 9-19 e Rua Diogo Cão n.º 20-22	Privada					Classificado como E1 (PUE, 2011)		X			Necessidade de trabalhos de conservação geral e reabilitação. Cobertura em mau estado;	Café e habitação multifamiliar reabilitados
50 (PUÉ, 2011)	Casa Nobre do Largo da Misericórdia. Largo da Misericórdia n.ºe5-6 e Rua	Privada		G. Baptista Caldeira, Lda.	Laboratório de Análises	G. Baptista Caldeira, Lda.	Classificado como E1 (PUE, 2011)			X		Necessidade de trabalhos de conservação geral, reabilitação e restauro.	Projecto de reabilitação aprovado

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA. **História e Património**

	Miguel Bombarda n.º 43-47											
	Fonte do Arcediago. Monte do Arcediago, Quinta da Manizola ou Corregedor	Privada					Proposta como P				X	Desagregação do aparelho de pedra, fraturação e sujidade; risco de derrocada

Anexo II – Inventário do Património